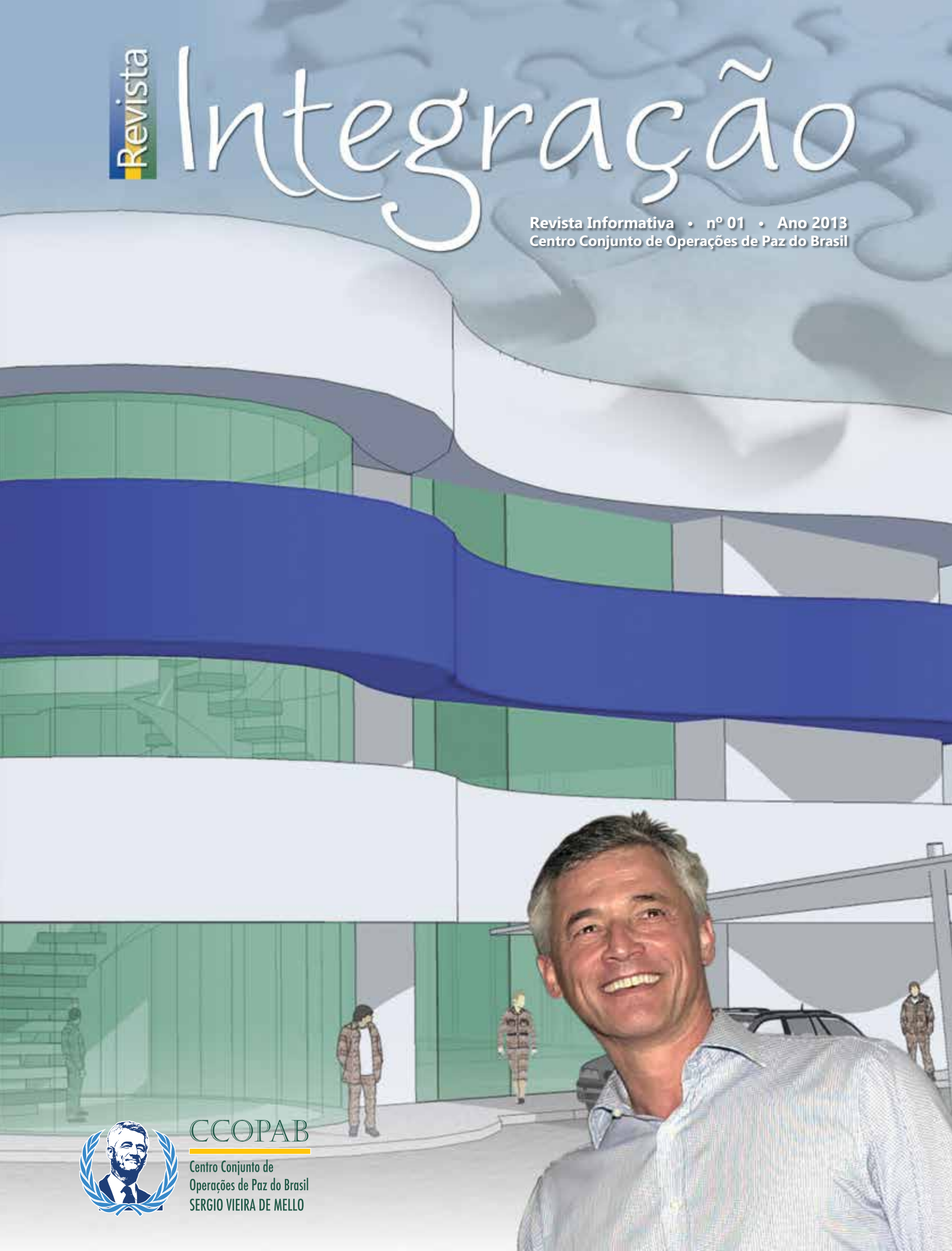
Revista Integração

Revista Informativa • nº 01 • Ano 2013
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil



CCOPAB
Centro Conjunto de
Operações de Paz do Brasil
SERGIO VIEIRA DE MELLO

Editorial

A Revista Integração é inspirada no trabalho diuturno do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que tem por missão preparar recursos humanos para as áreas onde são conduzidas as Operações de Paz da ONU (PKO).

A filosofia de atuação do CCOPAB é integrar forças e multiplicar conhecimentos com o intuito de contribuir para a paz mundial, alinhando-se com as diretrizes da nossa Política Externa.

Dentro deste espírito, a Revista Integração se coloca como mensageira das atividades do Centro, reflexões e boas práticas que possam somar ao trabalho de nossos capacetes azuis. Os temas explorados refletem as diversas origens profissionais de seus autores, comprovando o caráter multidisciplinar das atuais PKO. Neste sentido, diplomatas, policiais militares, oficiais das três Forças Armadas e civis relatam suas experiências e as diversas estruturas do CCOPAB apresentam os seus objetivos ao longo de alguns anos de intensas atividades.

Espera-se que a Revista Integração possa se transformar em instrumento valioso para pesquisadores e profissionais que lidam com a realidade das Operações de Paz. Da mesma forma, importante será a difusão, para o público em geral, de uma realidade cada vez mais presente nas agendas da comunidade internacional, realidade esta que conta com a presença ativa do Brasil.

Expediente

Editor

Tenente Coronel R1 Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti

Colaboraram nesta edição

Ministro Norberto Moretti
General de Brigada da Reserva Alvaro de Souza Pinheiro
Major Alexandre Rodrigues Feitosa
Major Leandro Nery Alves Vargas
Major PM Helio Tenorio dos Santos
Capitão-de-Corveta Maurilo de Souza Vilas Boas

Editoração Eletrônica e Impressão

Agência 2A Comunicação
21 2233-5415
www.agencia2a.com.br

Sumário

Patrono 04

Estrutura e Atividades 05

O CCOPAB 05

Comandante 06

Sub-Comandante 06

Assessoria Jurídica 06

Divisão de Doutrina 07

Divisão de Ensino Integrado 07

Divisão de Administração e Logística 07

Companhia de Comando e Apoio ao Ensino 08

Divisão de Comunicação Social 08

Divisão de Segurança 08

Divisão Tradutores e Intérpretes 09

Divisão de Comunicações e Tecnologia da Informação 09

Espaço Cultural 10

Seminários e Estágios 12

Missões de Paz - O esporte na linha de frente 19

Fatos impactantes 20

Visitas 20

Dia Internacional dos Mantenedores da Paz das Nações Unidas 25

Artigos 26

– As Operações de Manutenção da Paz como Instrumento da Política Externa do Brasil

– A Prevenção e o Combate ao Terrorismo Contemporâneo, a ONU e o Direito Internacional dos Conflitos Armados: Reflexos no Brasil

– Experiências Adquiridas na Op Paz no Haiti

– O Componente Policial nas Operações de Paz

– Uma breve retrospectiva da antiga *United Mission in Sudan* e o processo do *Referendum* 2011

Missões da ONU 60

Entrevista 61

Dra. Rebecca Tavares

Patrono

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Em 03 de dezembro de 2008, o CCOPAB, por meio da Portaria do Comandante do Exército Brasileiro Nº 949, recebeu sua designação histórica, passando a denominar-se "Centro Sergio Vieira de Mello".

Ilustre brasileiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro, Sergio Vieira de Mello trabalhou na ONU por mais de 34 anos. A relevância de seus serviços prestados em prol da Organização valeu-lhe o respeito de todos. Seu nome é uma sólida referência na área internacional como um grande administrador de litígios, sempre escalado para missões difíceis que envolveram, entre outros desafios, a reconstrução de países devastados por conflitos armados.

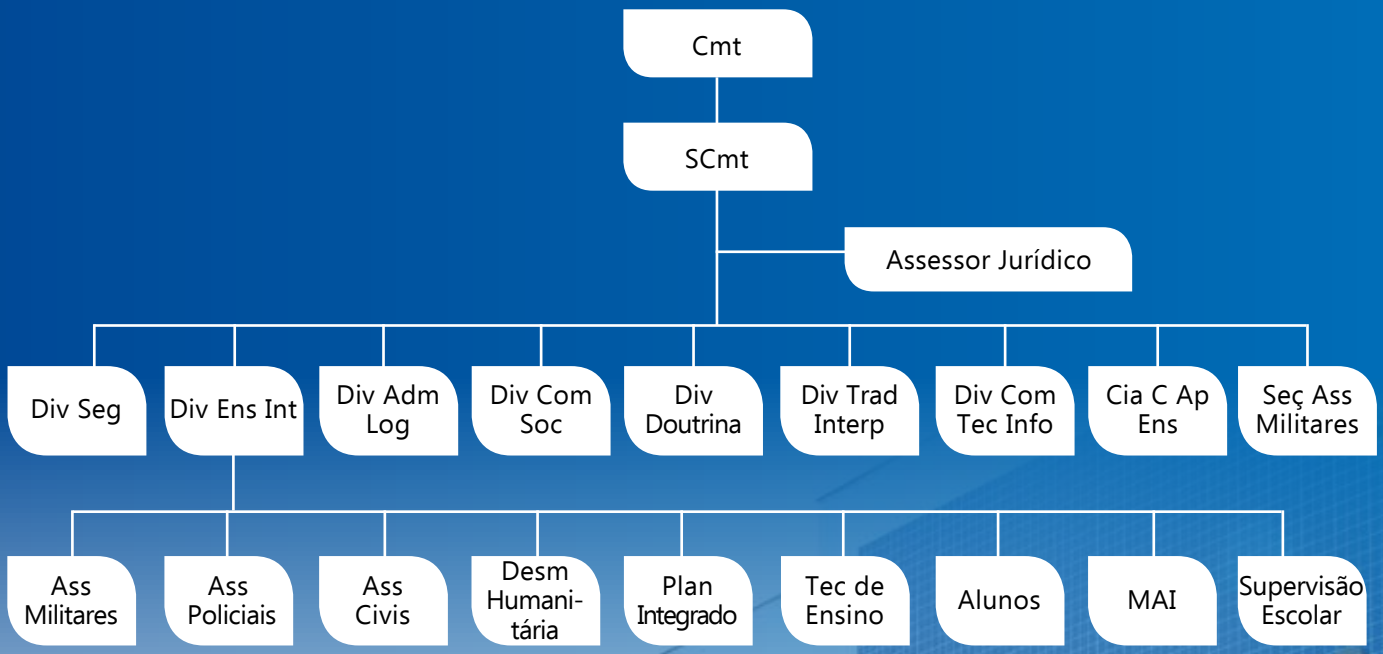
Para muitos, Sergio Vieira de Mello era a personificação dos princípios e ideais da ONU. Com uma disposição fora do comum para ir ao campo, com a coragem dos homens de ação, o carisma dos grandes líderes, flexibilidade, pragmatismo e firmeza, produzia sempre resultados significativos mesmo quando enfrentava negociações difíceis com governos corruptos e ditadores sanguinários.

O então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, costumava afirmar que Vieira de Mello era "a pessoa certa para resolver qualquer problema".

Por todas essas virtudes, esse valoroso brasileiro foi escolhido e hoje empresta seu nome para a designação histórica do CCOPAB, inspirando, cada vez mais, os corações e as mentes dos boinas azuis e dos companheiros civis que passam pela Unidade.

Estrutura e Atividades

O CCOPAB



Missão

Apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária.

Visão

Ser um líder global na promoção da excelência do preparo de recursos humanos para operações de paz e desminagem humanitária.

COMANDANTE

O Coronel de Infantaria Luiz Fernando Estorilho BAGANHA ingressou nas fileiras do Exército Brasileiro em 1983, como Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. Integrou a Missão de Observadores Militares Equador-Peru nos anos de 1988 e 1989.

Após desempenhar as funções de analista do Gabinete do Comandante do Exército para a America Latina e o Caribe, foi assessor do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, com sede em Nova Iorque, no período de agosto de 2009 a dezembro de 2011.

SUBCOMANDANTE

O Capitão-de-Fragata (FN) Odimar Gomes LEITE ingressou nas Forças Armadas como aluno do Colégio Naval, no ano de 1985. Participou de duas missões de paz como Perito em Missões de Paz das Nações Unidas em 2003 e 2006, ambas no Timor-Leste. Na área de instrução, foi instrutor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficias do Corpo de Fuzileiros Navais, coordenador de curso e instrutor na Escola de Operações de Paz do CFN, além de Chefe dos Departamentos de Instrução e de Cursos Operacionais do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo.

ASSESSORIA JURÍDICA

Em um Estado Democrático de Direito há a obrigatoriedade de se observar a Lei e o Direito em todas as ações e atos das instituições públicas. Em âmbito de governança internacional essa realidade não é diferente. Assim, o assessoramento jurídico conveniente e oportuno reforça a legitimidade das organizações militares e de suas participações em missões depaz. Com essa consciência foi criada a Assessoria Jurídica no CCOPAB, que desde junho de 2011 conta com um oficial QCO de Direito com experiência em operações de paz e especializado em Relações Internacionais, e um auxiliar formado em Direito. Em suas atividades, a Assessoria Jurídica apoia as decisões e ações do Comando em âmbito administrativo e disciplinar, elabora e analisa documentos, orienta o caminho legal para a realização de quaisquer ações, e realiza instruções de quadros. Além disso, a Assessoria Jurídica contribui com a atividade fim do CCOPAB ministrando palestras nos diversos cursos e estágios preparatórios dos contingentes que integrarão as Missões de Paz da ONU em matérias relacionadas a Conduta e Disciplina, Regras de Engajamento, Direito Internacional, Direito Internacional Humanitário, e outras afins.

DIVISÃO DE DOUTRINA

MISSÃO

Coletar, processar, e oferecer com oportunidade conteúdos relevantes de caráter doutrinário que possam ser úteis ao CCOPAB no preparo para as operações de paz e desminagem humanitária ou no fortalecimento do intercâmbio com os demais centros congêneres.

A Divisão de Doutrina é responsável, também, pelo acompanhamento dos estágios no que diz respeito ao alinhamento dos objetivos metodológicos com a doutrina da ONU vigente. Assim, faz-se necessário atualização constante do conteúdo programático. A divisão é depositária de dados primários relacionanados às missões de paz, principalmente pesquisas realizadas, melhores práticas e lições aprendidas por diferentes contingentes e observadores militares. Por sua atuação na área de pesquisa, tornou-se o principal canal de comunicação com o meio acadêmico civil e militar."

DIVISÃO DE ENSINO INTEGRADO

Missão

Conduzir as atividades de ensino voltadas às operações de paz e de desminagem humanitária, enfatizando sempre o binômio realismo e segurança na reprodução dos desafios multidimensionais a serem enfrentados no terreno.

A subseção de contingentes, diretamente subordinada à Divisão de Ensino Integrado, possui a missão de planejar, executar e conduzir os estágios deste Centro de Instrução relativos à preparação de contingentes de tropa de infantaria e engenharia para missões de paz, em coordenação com os outros órgãos externos ao centro envolvidos e com as demais Divisões. Atualmente possui a responsabilidade de conduzir os seguintes estágios: Estágio Preparatório para Comandantes de OM e Estado-Maior (EPCOEM) e Estágio Preparatório para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPel).

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Participação do Chefe da Divisão na Reunião Preparatória para a terceira Assembleia da ALCOPAZ – CCOPAB (Santiago – Chile)

MISSÃO

Prestar apoio logístico e administrativo necessário ao Planejamento e execução das diversas atividades do Centro com ênfase nas atividades da Divisão de Ensino Integrado. Cooperar com a divisão de Ensino Integrado na formulação e transmissão de conteúdos didáticos relacionados a assuntos ligados a logística e Administração em missões de paz e desminagem humanitária.

Executar a Logística de Pessoal (suprimento, manutenção, secretaria, pagamento, transporte e mobilização).

COMPANHIA DE COMANDO E APOIO AO ENSINO

MISSÃO

Selecionar e formar o reservista de 1ª categoria do CCOPAB.

Apoiar as divisões do CCOPAB no cumprimento de suas missões.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MISSÃO

Fortalecer a imagem do CCOPAB no âmbito nacional e internacional, visando facilitar as atividades relativas ao preparo para operações de paz com a projeção do Brasil no exterior.

Proteger e projetar a imagem do CCOPAB nacional e internacionalmente.

DIVISÃO DE SEGURANÇA

MISSÃO

Assegurar a segurança orgânica do CCOPAB adotando medidas no sentido de prevenir e obstruir as ameaças dirigidas contra qualquer área e instalações deste Centro.

Além disso, busca fazer o levantamento de dados para a produção de conhecimentos a fim de subsidiar as decisões do Cmt do CCOPAB.

DIVISÃO TRADUTORES E INTÉRPRETES

A Divisão de Tradutores e Intérpretes é responsável por maximizar a capacidade de comunicação dos integrantes do CCOPAB, permitindo interações eficazes que projetem o Centro no cenário internacional.

As principais atribuições desempenhadas pela divisão estão descritas abaixo:

I. realizar interpretações consecutivas, sussurradas e simultâneas em eventos internos, incluindo visitas de delegações e/ou órgãos internacionais ao Centro;

II. traduzir e verter documentação em geral e/ou publicações de interesse do Centro;

III. apoiar as divisões e seções que necessitem de idioma estrangeiro;

IV. planejar, executar e avaliar o estágio para tradutores e intérpretes militares selecionados para atuar em missões de paz;

V. assessorar o comando do CCOPAB no que se refere aos idiomas Inglês, Espanhol e Francês;

VI. acompanhar, junto à seção de idiomas/subseção de inglês do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), o preparo lingüístico do EPMP.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DCTI

A DCTI é uma divisão técnica que tem como missão fornecer o apoio técnico e especializado na área de Comunicações e Tecnologia da Informação ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

Principais atribuições:

- Analisar, desenvolver ou propor as aplicações destinadas ao apoio ao Sistema de Informações.
- Apoiar à Divisão de Ensino Integrado na adoção e implementação de ferramentas na atividade de ensino.
- Apoiar os demais setores do Centro quanto a utilização de softwares e a exploração do equipamento computacional e de comunicações disponível, e a manutenção e conservação desses recursos;
- Manter operando a estrutura física e lógica da rede de dados e a infraestrutura de telefonia do Centro;
- Propor e fiscalizar em conjunto com as demais divisões, a Política de Segurança da Informação do Centro;
- Definir os padrões de Hardware e de Software nos processos de aquisição e propor a adoção de novos dispositivos e equipamentos de comunicações para o Centro.

ESPAÇO CULTURAL

Em consonância com os ideais de sua missão, que é "apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária", e na sua visão de futuro que tem como meta "ser um líder global na promoção de excelência no preparo de recursos humanos para operações de paz e desminagem humanitária", o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), sob o comando do Coronel Pedro Aurélio de Pessôa, fez merecidas homenagens ao grande herói brasileiro e verdadeiro predecessor das atuais Missões de Paz das Nações Unidas: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A primeira, durante a 2ª. Assembleia-Geral da Associação Latino-Americana dos Centros de Treinamento para as Operações de Paz (ALCOPAZ), em 12/08/2010, quando em parceria com a Memória Civelli Produções Culturais, montou a exposição "Um Homem Chamado Rondon".

A segunda, na inauguração do Espaço Cultural Sergio Vieira de Mello, durante os 5º. Jogos Mundiais Militares do CISM – Rio 2011, em 19/07/2011, também em parceria com a Memória Civelli Produções Culturais, sob o patrocínio da Oi, quando foram montadas, agora em caráter permanente, as exposições "Rondon, o Marechal da Paz" e "Esporte, desenvolvimento e paz".

Nestas exposições, o desenvolvimento e os grandes nomes do esporte militar no Brasil, as Missões de Paz no Haiti e no mundo, a vida e obra do Marechal Rondon são mostrados através de grandes painéis com fotos raras e textos, projeções de documentários com cenas originais da Comissão Rondon (início do século XX), construção (posto telegráfico) e representações cenográficas (cenas das expedições no interior da Floresta Amazônica – 1905/1915), maquetes, pôsteres, documentos, objetos pessoais, livros raros, aparelhos telegráficos (1900), máquinas fotográficas (início do século XX), artefatos indígenas etc.

No momento em que o Brasil desfruta de grande projeção no cenário internacional, participa de missões de paz em regiões conflagradas e com ações em curso para que ocupe uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a população do Estado do Rio de Janeiro, os militares das nossas 3 Forças e das nações amigas que vêm ao CCOPAB em preparação para Missões de Paz sob a égide da ONU e autoridades civis e militares de todo o mundo têm oportunidade de conhecer a história do Marechal Rondon, o brasileiro que foi indicado, por 2 vezes (sendo uma delas pelo Prof. Albert Einstein), ao Prêmio Nobel da Paz, que tem o nome inscrito em letras de ouro na Sociedade de Geografia de Nova York entre os 5 maiores exploradores do planeta e que é o único homem a dar nome a um meridiano terrestre – o de número 52 se chama Meridiano Rondon.

Visita da Sra. Gilda dos Santos, mãe de Sergio Vieira de Mello, ao Espaço Cultural

Esporte , Desenvolvimento e Paz

O Esporte como instrumento para levar a Paz. Este é o tema da Exposição de Fotografias e atividades nas quais o esporte é o principal instrumento para inclusão, ressocialização e pacificação de regiões assoladas por conflitos armados.

Seminário de Líderes – Operações de Manutenção de Paz Américas (OMP – Américas – 2011)

O Seminário de Líderes – OMP Américas – 2011 foi promovido pelo Comando Sul do Exército dos Estados Unidos da América, e teve como anfitrião o Exército Brasileiro. O referido even to foi uma iniciativa conjunta do Exército Brasileiro, Comando de Operações Terrestres (COTER), e Comando Sul do Exército dos Estados Unidos da América (ARSOUTH). O Seminário ocorreu em duas etapas; a primeira no período de 28 de março a 10 de abril, no Rio de Janeiro, nas instalações do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), e a segunda aconteceu de 2 a 13 de maio, em Brasília-DF, em sequência à primeira etapa. Esse seminário, além de estreitar as relações de amizade e confiança entre os dois Exércitos, objetivou prosseguir os aperfeiçoamentos doutrinários e metodológicos, constituindo-se em uma eficaz ferramenta para o adestramento e atualização de conhecimento dos seus participantes.

Além do Brasil e Estados Unidos da América, o evento contou com a participação de representantes da Argentina, Belize, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru, Paraguai, El Salvador, Uruguai, Organização das Nações Unidas e de diversos Organismos Internacionais. Essas delegações foram compostas por militares de forças terrestres, navais, aéreas e policiais.

Estágio Preparatório para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCSUPel)

Este estágio destina-se ao preparo dos oficiais já designados para exercerem funções específicas de comandante de SU e Pel, habilitando-os também a conduzir o treinamento de suas frações como instrutores.

São ministrados assuntos referentes às táticas, técnicas e procedimentos utilizados no Haiti, com ênfase no tiro e aproveitamento do terreno, complementados pelas regras de engajamento e módulos de treinamento padronizados pelas Nações Unidas.

Estágio Preparatório para Comandantes de OM e Estado Maior (EPCOEM)

Adaptabilidade, persistência, decisão, equilíbrio emocional e trabalho em equipe são, dentre outras, qualidades evidenciadas pelos militares que realizam, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, o Estágio Preparatório para Comandante de OM e Estado-Maior para Missões de Paz.

Para atuar no ambiente operacional da MINUSTAH, os oficiais do Btl Inf F Paz e da Cia Eng F Paz recebem instruções sobre o Sistema ONU, Comunicação e Negociação, Logística em Missões de Paz, Gerenciamento de Stress, Consciência Cultural, Primeiros Socorros, entre outros. São cinco dias de atividades intensas, onde os militares têm a oportunidade de interagir e trocar experiências com oficiais recém-chegados da missão de paz do Haiti.

Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP)

O EPMP é um estágio destinado a preparar militares para exercer as funções de Observadores Militares, Oficiais de Estado-Maior e Policiais das Nações Unidas.

O Estágio conta com a participação de militares de todo o Brasil incluindo Policiais Militares , Bombeiros e militares estrangeiros.

As atividades são conduzidas no idioma inglês e são executadas em 3 (três) fases: 1ª Fase, na modalidade de ensino à distância, a cargo do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB); 2ª Fase, na modalidade de ensino presencial, a cargo do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC); e 3ª Fase, na modalidade de ensino presencial, a cargo do CCOPAB.

OBJETIVOS GERAIS DO ESTÁGIO

• Capacitar profissionalmente os estagiários a analisar a estrutura das Nações Unidas (ONU) em Missões de Paz, e a trabalhar em um ambiente multicultural, através do aperfeiçoamento do idioma inglês.

• Capacitar profissionalmente os militares do Exército Brasileiro, das Forças Singulares e das Forças Armadas Estrangeiras a atuarem como Oficial de Estado-Maior ou como Observador Militar nas Missões de Paz; e os Policiais Militares e Bombeiros Militares a atuarem como Policiais das Nações Unidas nas Missões de Paz, em um ambiente multicultural.

Treinamento de Gerenciamento de Cadáveres em Área de Conflito Armado e Catástrofes

Foi realizado nos dias 15 e 16 de novembro de 2011, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), o estágio de treinamento de gerenciamento de cadáveres em área de conflito armado e catástrofes, com a finalidade de instrumentalizar e familiarizar os participantes sobre os princípios e métodos de gestão de cadáveres com fins de assistência humanitária. Além dos Instrutores do CCOPAB, o estágio contou com os seguintes palestrantes: Sr Gabriel Valadares – Assessor Jurídico da Delegação Regional para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai do CICV; Prof. Duarte Nuno Vieira, Diretor do Instituto Nacional de Medicina Legal de Portugal e consultor do CICR; e Dr. Morris Tidball-Binz, coordenador forense do CICR.

Foto da 1ª Turma de Gerenciamento de Cadáveres em Áreas de Conflito Armado e Catástrofes em toda a América Latina, segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Exercício Avançado de Operações de Paz – EAOP

O EAOP tem por objetivo avaliar o preparo, o adestramento e a eficiência profissional em uma operação de paz e consolidar o espírito de corpo e sentimento de cumprimento de missão entre os integrantes do contingente.

O EAOP é um exercício aplicado ao final do período de preparação no qual o Batalhão ou Companhia de Engenharia recebe uma Área de Responsabilidade figurada.

Dentro de sua Área de Responsabilidade a tropa deve desenvolver e participar de diversas atividades sincronizadas conforme uma matriz de eventos.

O Exercício conta com o apoio de acadêmicos de diversos segmentos, orgãos de utilidade pública e profissionais de imprensa inseridos em seu contexto. Além das atividades previamente planejadas, são criadas situações fictícias, essenciais ao exercício e que são desencadeadas com o auxílio de jornalistas, acadêmicos e da própria população local. De inumeras situações e eventos podemos destacar o relacionamento com ONG, Organizações Internacionais, Operações Civis-Militares (CIMIC), relacionamento com líderes locais etc. Estas situações são imprescindíveis para treinar as diversas células e sistemas operacionais de um Batalhão de Infantaria ou Companhia de Engenharia de Força de Paz, simulando o Ambiente Operacional mais próximo da realidade em que a tropa será inserida.

Fotos do 17º Contingente, Nov 12.

Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL

Em 2012 foram realizados no CCOPAB dois estágios voltados para contribuir com a formação dos militares da MARINHA DO BRASIL designados para comporem efetivos da FORÇA-TAREFA MARÍTIMA UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano).

Denominado EPCOEM FTM UNIFIL, o 1º Estágio Preparatório para Comandantes de OM e Estado-Maior de 2012 contou com a participação dos oficiais integrantes do Estado-Maior do 4º Contingente UNIFIL, além do Comandante e Imediato da Fragata CONSTITUIÇÃO, Capitânia do 5º Contingente UNIFIL.

O encerramento das atividades do CCOPAB foi marcado pelo 2º EPCOEM do ano de 2012. Realizado no período de 03 a 07DEZ2012, o Estágio contou com a participação do 5º contingente da FTM UNIFIL, contingente composto por dez oficiais, destacando-se, dentre eles, o Exmo. Sr Contra-Almirante Joése de Andrade Bandeira Leandro, futuro Comandante da FORÇA-TAREFA MARÍTIMA UNIFIL.

Estágio de Desminagem Humanitária

OBJETIVOS GERAIS DO ESTÁGIO

– Ampliar a capacitação profissional de Oficiais de Engenharia para:

– Desempenhar a função de Monitor ou Supervisor Internacional em missões de Desminagem Humanitária sob a égide de organismos internacionais;

– Assessorar o comando ou o escalão superior na tomada de decisão nos assuntos afetos à Desminagem Humanitária;

– Apoiar tecnicamente, conforme o caso, os diversos órgãos das Nações Unidas, os diversos órgãos da Organização dos Estados Americanos, as instituições do governo do país hospedeiro e Organizações Não-Governamentais (ONG), que atuam no ambiente das Operações de Manutenção de Paz (OMP) e de Desminagem Humanitária.

– Evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: adaptabilidade, responsabilidade, meticulosidade, cooperação e equilíbrio emocional.

Estágio de Cooperação Civil Militar (CIMIC)

O estágio de cooperação civil militar visa proporcionar conhecimentos e novas ferramentas que permitam aos militares que integrarão as Forças de Paz da ONU, planejar e executar ações CIMIC nas Operações de Manutenção da Paz (OMP), proporcionando simultaneamente a civis e policiais a compreensão do funcionamento das estruturas do componente militar em uma missão de paz e as oportunidades de cooperação em prol do bem comum.

Seminário Esporte, Desenvolvimento e Paz, conduzido pela Seção de Assuntos Civis do CCOPAB em coordenação com a Divisão de Doutrina da ECEME durante os 5ºJogos Mundiais Militares – Rio 2011, contou com a presença do Cel Kalkaba - Presidente do CISM, Sr. Edson Arantes do Nascimento - Rei Pelé, Almirante Gamboa – Presidente da CDMB e Gen Sérgio - Cmt da ECEME, entre outras autoridades.

O preparo técnico-profissional do militar de saúde em Operações de Paz

O terremoto ocorrido em 2010 no Haiti foi o desastre de maior envergadura já visto na história das Operações de Paz das Nações Unidas. A sofrida experiência vivida pela MINUSTAH, acompanhada com apreensão pela população mundial, ratificou a importância e a demanda real de um preparo específico para os militares do Serviço de Saúde empregados em operações dessa natureza.

As recentes mudanças doutrinárias e a reestruturação do Serviço de Saúde do Exército em sua plataforma operacional, voltada para a difusão das melhores práticas no atendimento pré-hospitalar são demonstrações da busca por um novo perfil para o profissional de saúde.

Alinhado a tendência da inovação, que deverá ser dominante no universo militar, o profissional do serviço de saúde deverá possuir capacidade de responder com destreza a eventos proporcionalmente adversos, conduzir operações de ajuda humanitária, planejar medidas voltadas para o controle médico sanitário do pós-desastre, trabalhando sempre de forma integrada com diversos atores, dentro da conjuntura CIMIC.

O desafio de apresentar um programa de treinamento capaz de contribuir para a formação das novas competências que capacitem os integrantes do Pelotão de Saúde a responder, com eficiência, aos obstáculos impostos pelo cenário da missão começa pela necessidade de entender a estrutura logística do Suporte Médico da ONU. Compreender o funcionamento do sistema é pré-requisito para a qualidade na execução das atividades definidas no planejamento.

A manutenção dos níveis de excelência é mensurada com treinamentos técnicos e práticos visando a melhoria contínua dos procedimentos aplicados em medicina de desastres e no atendimento pré-hospitalar a múltiplas vítimas.

As recentes catástrofes naturais compõem o novo cenário mundial influenciando decisivamente a trajetória e o futuro de pessoas e nações. Com isso a presença do profissional de saúde nas Operações de Paz bem adestrado, equipado e preparado é a melhor resposta para as situações de crise e a avaliação de seu emprego proporcionará a obtenção de métricas seguras que nortearão a missão do ensino, desenvolvendo e aperfeiçoando as técnicas e habilidades, visando a busca pelo melhor desempenho na tarefa de salvar e manter vidas. Desafios de um novo tempo.

2º Sgt Artur da Silva Ferreira

Estágio de Preparação de Jornalistas em áreas de conflito

Destina-se à preparação de profissionais da mídia para exercerem suas funções em ambientes hostis.

OBJETIVOS GERAIS DO ESTÁGIO

Capacitar profissionalmente os concludentes a exercer coberturas jornalísticas em zonas de conflito, com ênfase nos procedimentos de segurança pessoal e relacionamento com as forças militares e demais organizações atuantes no terreno, capacitando-os a promover nacional e internacionalmente a divulgação do trabalho das Forças Armadas Nacionais nas Operações de Paz sob a égide da ONU; e evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: prudência, autoconfiança, coerência, cooperação, meticulosidade e responsabilidade.

MISSÕES DE PAZ - O ESPORTE NA LINHA DE FRENTE

O Projeto

Visando cumprir sua missão institucional de bem preparar civis, policiais e militares para missões de paz, O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) tem necessidade de conhecer as diversas missões correntes.

Ao encontro da referida necessidade, a Rede Globo de Televisão manifestou o desejo de realizar uma série de reportagens na qual a equipe do jornalista Régis Rösing, acompanhada de 01 Oficial do CCOPAB, 01 Oficial do CComSEx e 01 Oficial do COTER, faria a cobertura das diversas missões que contam com a participação brasileira. O foco jornalístico da reportagem é destacar o esporte como ferramenta de desenvolvimento e paz.

O projeto tem por finalidade visitar as seguintes missões: UNMIT(Timor-Leste), UNIFIL (Líbano), UNFICYP (Chipre), UNIOGBIS (Guiné-Bissau), MINURSO(Saara Ocidental), UNOCI (Costa do Marfim), UNMIL (Libéria), UNMISS (Sudão do Sul).

Fatos impactantes

VISITA DE BAN KI-MOON, SECRETÁRIO GERAL DA ONU, AO BRASIL

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), **Sr. Ban Ki-moon**, em visita ao Brasil, participou da homenagem prestada aos heróis brasileiros que deram seu sacrifício maior durante o terremoto de 12 de janeiro de 2010 enquanto se encontravam a serviço da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

A solenidade, coordenada pelo então Centro de Instrução de Operações de Paz, ocorreu no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) no dia 27 de maio de 2010, oportunidade em que o Secretário-Geral se reuniu reservadamente com os familiares das vítimas e depositou uma corbelha de flores junto à placa que homenageia os heróis brasileiros. Após esta cerimônia, a placa foi trazida ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e colocada junto às demais que fazem menção aos brasileiros, militares ou não, mortos em missões de paz das quais o Brasil participou.

O **Sr. Ban Ki-moon** foi recepcionado por uma Guarda de Honra formada por 62 militares da ativa e veteranos do Exército que integraram missões de paz. Também prestigiaram a programação o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra **Julio Soares de Moura Neto**, no exercício do cargo de Ministro de Estado da Defesa, e o Comandante Militar do Leste, General de Exército **Adriano Pereira Júnior**, além de outras autoridades civis e militares.

MINISTRO DA DEFESA RECEBE, NO CCOPAB, A DRª MICHELE BACHELET - DIRETORA EXECUTIVA DA ONU MULHERES

A Drª MICHELLE BACHELET, ex-presidente do Chile, que atualmente desempenha as funções de Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas e de Diretora-Executiva da ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, foi recebida pelo Ministro da Defesa, Celso Amorim, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no dia 16 de dezembro de 2011.

Estiveram presentes ao evento o General-de--Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; o Ten Brigadeiro-do-Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa; o General de Divisão Oswaldo de Jesus Ferreira, Comandante da 1ª Divisão de Exército, entre outras autoridades civis e militares. Durante a visita foi assinada uma Carta de Intenção entre o Ministério da Defesa do Brasil e a ONU Mulheres relativa à proposta de cooperação na área de gênero, paz e segurança. Entre as ações previstas, ressalta-se o trabalho conjunto entre o CCOPAB e o Escritório Regional da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, no treinamento de tropas de paz em questões de gênero. Para tal, deverá ser firmado oportunamente um Memorando de Entendimento entre as partes.

Na oportunidade, o Cel Pedro Aurélio de Pessôa, Comandante do CCOPAB, realizou uma palestra institucional do centro, apresentando sua missão e as principais atividades realizadas durante o ano. Foi ainda enfatizado pelo Cel Pessôa que o dia da visita coincidia com o encerramento do ciclo de atividades instrucionais de 2011, com a conclusão de dois estágios preparatórios para missões de paz, a saber: o Estágio de Preparação para a Força Tarefa Marítima (FTM) na Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e o Estágio de Preparação de Estado-Maior para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); e ainda o Estágio de Desminagem Humanitária, destinado a preparar oficiais para integrarem o grupo de Monitores Internacionais na Colômbia (GMI-CO).

EDMOND MULET
SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO DA ONU NO HAITÍ (2010-2011)

GEN ENZO, COMANDANTE DO EXÉRCITO

Visitas

COMITIVA DOS EUA, NOV 2012

VISITA DO BRIGADEIRO JAMES COWAN UK ARMY, NOV 2012

VISITA DO ADIDO MILITAR DA POLÔNIA

CABO
FULANO
B

DIA INTERNACIONAL DOS MANTENEDORES DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS – "PEACEKEEPER"

O Dia Internacional dos Mantenedores da Paz (*peacekeepers*) faz uma referência ao dia 29 de maio de 1948, quando o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas autorizou, pela primeira vez, uma operação de manutenção da paz. A mobilização deu-se na Palestina após o cessar-fogo da guerra árabe-israelense.

A seriedade e competência profissional de homens e mulheres, aliadas a firmeza de atitudes, espírito humanitário, imparcialidade e coragem, fizeram com que a ONU, como forma de reconhecimento, instituísse a data de 29 de maio como o Dia Internacional dos Mantenedores da Paz. O reconhecimento vale, também, para aqueles que perderam suas vidas no cumprimento das missões.

Em todas as missões, os militares brasileiros, superando inquietudes, preocupações e incertezas decorrentes da ausência de seus lares e, sobretudo, os dissabores dos conflitos, compreendem o significado e a relevância de suas tarefas, conscientes de estarem zelando pelo bem comum e colaborando no processo diplomático e no restabelecimento da ordem social, numa cabal demonstração de empenho, espírito de sacrifício e profissionalismo.

AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

Ministro Norberto Moretti

Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Itamaraty

As operações de manutenção da paz (OMP) da Organização das Nações Unidas (ONU) foram e continuam sendo instrumento importante na promoção de diversos objetivos da política externa do Brasil. Entre estes, destaca-se a prevalência do multilateralismo nas relações internacionais, em geral, e nos esforços de manutenção da paz e da segurança, em particular: as OMP são um produto e uma expressão típicos do projeto político-diplomático e da arquitetura institucional surgidos da II Guerra Mundial, embora não tenham sido explicitamente previstas na Carta das Nações Unidas. Mais especificamente, as missões de paz constituem um dos elementos do sistema de segurança coletiva que então se montou e que o Brasil apoiou firmemente por crer que não só contribuiria para um mundo menos instável e violento, mas também promoveria a participação de pequenos e médios Estados na definição dos destinos da paz e da guerra. A despeito dos muitos e cruentos conflitos deflagrados desde então, a história indica que nossas esperanças eram fundadas.

Bem o demonstram as operações de manutenção da paz e o êxito que tiveram como parte do sistema de segurança coletiva. Embora não tenham sido concebidas e muito menos utilizadas para situações de conflito direto entre as principais potências, é possível argumentar que, sem as OMP, seriam mais elevados os riscos de novo conflito em escala global. Isso porque esforços unilaterais de tais potências de conter ou até solucionar conflitos regionais poderiam acabar por estimular a competição entre elas, e o acúmulo de pressões e disputas poderia acabar por alimentar um confronto direto.

Da perspectiva brasileira, as OMP são instrumento de ação internacional especialmente valioso, pois sua própria concepção molda-se bem à nossa identidade e tradição diplomáticas. As missões constituem instrumento genuinamente multilateral, a serviço da solução pacífica de controvérsias (embora possa fazer uso da força na defesa do mandato conferido pelo Conselho de Segurança), e deve ser utilizado de modo imparcial e não intrusivo. Assim, a participação do Brasil em missões de paz é quase que natural para o País, e nosso "peacekeeper" não deixa de ser uma personificação de valores caros à diplomacia brasileira.

Não surpreende, assim, que o Brasil tenha participado de missões de paz da ONU desde a primeira delas, em 1948. Tal envolvimento cresceu significativamente ao longo do tempo. Nos anos 80 e 90, o fim da Guerra Fria e a revitalização do CSNU contribuíram para o estabelecimento de maior número de missões de paz. Já no Brasil, em período similar, a redemocratização favoreceu nossa participação nas OMP, desejosos que estávamos de retomar níveis anteriores de engajamento e visibilidade na ONU, após anos de certo recolhimento.

Desse ponto de vista, a participação de tropas brasileiras em missões de paz, a partir dos anos 1990, é também uma expressão de preceitos constitucionais que regem as relações internacionais do

Brasil. Em conformidade com o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, os militares e policiais brasileiros desdobrados em tais missões defendem a paz, privilegiam a solução pacífica dos conflitos e a não-intervenção, promovem os direitos humanos e contribuem para a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Na decisão de participar de operações de manutenção da paz, intervém, além desses princípios da política externa do Brasil, a convicção de que o País deve prestar ativa solidariedade internacional, ou seja, jamais ser indiferente a imperativos da paz e da segurança internacionais e a necessidades de outros povos, em pleno respeito à soberania dos demais Estados.

Atuando com base em tais princípios e valores, o Brasil tornou-se o 11º maior contribuinte de tropas na ONU, tendo já enviado mais de 30.000 militares e policiais a missões de paz. Nossos homens e mulheres integraram e integram operações na África, na América Latina e Caribe, na Ásia, no Oriente Médio e na Europa.

A participação brasileira em OMP justifica-se também por razões político-diplomáticas.

A primeira delas é que a contribuição do Brasil a missões de paz demonstra, de modo prático, a disposição e a capacidade de assumir nossa parcela de responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacionais. Isso é fundamental para firmar e ampliar nossa posição de ator influente no cenário mundial.

Outro importante fundamento diplomático de nossa participação em OMP é o firme compromisso com a segurança, a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconômico de nossa região. A solidariedade regional impele-nos a dar contribuição efetiva e significativa a missões de paz em nosso entorno geográfico. Nesse sentido, é emblemática nossa presença na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Mediante nossa presença em missões de paz buscamos também contribuir para a estabilidade de nações com quem compartilhamos laços históricos e culturais profundos, tais como os lusófonos Moçambique, Angola e Timor Leste, bem como o Líbano, terra natal dos antepassados de muitos brasileiros. Desse ponto de vista, as operações de manutenção da paz são um elemento adicional de estreitamento de laços bilaterais.

Nossa cooperação internacional com outros países em matéria de manutenção da paz e da segurança é outro fator relevante de nossa atuação em OMP. É objetivo da política externa do Brasil contribuir para a aproximação e a construção de confiança entre as Forças Armadas brasileiras e estrangeiras, e, quando possível, cooperar no preparo de Forças amigas. O contingente brasileiro no Haiti, por exemplo, conta com pelotão paraguaio e oficiais peruano e boliviano, o que reflete o elevado patamar alcançado pela integração sul-americana.

O êxito de nossa atuação nas operações de manutenção da paz – devido, em grande medida, à competência individual e coletiva de nossos militares e policiais - reveste-se também de importante significado diplomático. O sucesso de nossas forças e "peacekeepers" no campo reforçam a capacidade de interlocução brasileira em matéria de operações de manutenção da paz junto aos demais países e ao Secretariado da ONU, bem como nossa influência em negociações multilaterais. Também lastreia a atuação do Brasil no CSNU e fortalece nossa participação no Comitê Especial sobre Operações de Manutenção da Paz (C-34) da

Assembléia Geral, que estabelece as principais diretrizes para a manutenção da paz.

A elevação do perfil diplomático brasileiro em matéria de manutenção da paz e a maneira como atua nosso contingente militar na MINUSTAH facilitam, ainda, a promoção de outro importante aspecto da política externa brasileira: a visão de que a segurança e o desenvolvimento são componentes essenciais da paz duradoura. Ou seja, em muitos casos, o êxito de uma missão dependerá, além da capacidade de garantir a segurança, de ações – próprias e de outros atores - destinadas a criar ou consolidar ambiente propício ao desenvolvimento socioeconômico. É isso o que faz, por exemplo, a Companhia de Engenharia do contingente brasileiro no Haiti, que não só executa os trabalhos necessários à própria MINUSTAH, mas também realiza projetos de interesse das comunidades locais. Paralelamente, a companhia desenvolve, por meio de acordo entre a Missão e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), outras obras que beneficiam a infraestrutura do país, tal como a pavimentação de estradas.

O modo como o contingente brasileiro no Haiti executa seu mandato de estabilização tem impacto também no importante tema da proteção de civis, de grande atualidade na diplomacia multilateral. Embora autorizados e treinados para usar a força, se indispensável ao cumprimento de seu mandato, os sucessivos contingentes brasileiros na MINUSTAH têm agido de modo cauteloso e responsável nessa matéria. Nossas tropas respeitam plenamente o Direito Internacional, em particular o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Conflitos Armados; atêm-se estritamente à letra e ao espírito do mandato do CSNU e respeitam e dialogam com a população local. Esse comportamento não deixa de reforçar a credibilidade e a eficácia de diversas ações diplomáticas brasileiras destinadas a apoiar a solução pacífica das controvérsias, alertar para a necessidade de extrema cautela no recurso à força - que deve ser autorizada pelo Conselho de Segurança - e demandar, naqueles que se valem de meios militares, inclusive para a proteção de civis, atitude responsável e consciente dos efeitos indesejados de operações militares sobre os civis.

Para preservar e aprofundar o significado diplomático da participação brasileira em OMP, será importante vencer alguns desafios com que nos defrontamos. O primeiro será estar prontos para desdobrar contingente em cenários distintos daqueles do Haiti, por exemplo, caso decisão nesse sentido seja tomada no futuro e surja a oportunidade para tanto. A multiplicidade de características de que se revestem os conflitos armados modernos exigirá que o País esteja em condições de, quando necessário, preparar contingentes para atuar em diversos terrenos. A adaptação será importante para garantir, no futuro, a constância de nossa participação em missões de paz. Dada a conhecida versatilidade de nossas Forças Armadas, habituadas a operar em cenários os mais diferentes no próprio Brasil, a tarefa não se afigura excessivamente complexa.

Outro esforço que teremos de empreender é intensificar a presença de oficiais nos Estados-Maiores de missões de paz, ainda modesta em termos relativos. Do ponto de vista diplomático, é apenas natural que a elevação do perfil do Brasil no cenário internacional seja acompanhada de maior participação de nossos oficiais em funções de relevância estratégica e operacional nas operações de manutenção da paz.

Um importante desafio a vencer será, ainda, o incremento da participação de policiais, cuja presença em missões de paz também se responde a nossos objetivos diplomáticos. Em diversas situações de pós-conflito em que atuam OMP da ONU, não é incomum que, uma vez garantida a estabilidade

por meio do emprego intensivo de tropas, se imponha o imperativo de manter a ordem pública. O caso do Timor-Leste ilustra bem essa tendência (a UNMIT é composta quase exclusivamente por policiais, dada a natureza dos fatores de instabilidade na origem da crise que, em 2006, determinou o regresso de missão de paz da ONU ao país). O Brasil é, hoje, o 58º maior contribuinte de policiais, número muito aquém da capacidade desses profissionais no Brasil. Enviar mais policiais a operações de manutenção da paz é, portanto, assegurar que o Brasil não perca oportunidades importantes de fazer-se presente em determinadas missões de paz, sobretudo à medida que se consolida a estabilidade obtida e mantida por tropas. Note-se que contribuir com mais policiais em nada reduz a necessidade de continuar a desdobrar militares. A demanda por estes últimos permanecerá elevada na ONU.

Será oportuno, ainda, manter o planejamento e grau de preparo necessários para o envio de companhias de engenharia militar naquelas situações em que seja possível contribuir também para o desenvolvimento da infraestrutura básica de países recém-egressos de conflito armado onde haja OMP. Como indicado anteriormente, esse ativo militar, quando utilizado em tais situações, materializa, de modo muito palpável, a convicção brasileira, antes referida, da interdependência entre segurança e desenvolvimento e destes como fundamento da paz sustentável.

Nos próximos anos, o Brasil terá, ainda, de identificar meios para facilitar o recrutamento, treinamento e desdobramento de especialistas civis em operações de manutenção da paz. À medida que as missões se tornam mais e mais multidimensionais, cresce a demanda por profissionais em áreas tão variadas como mediação, direitos humanos, eleições, saúde, sistemas prisionais e gênero, para citar apenas algumas. O Governo e a sociedade brasileiros contam com tais profissionais, muitos deles com experiência em matéria de cooperação com países em conflito ou pós-conflito e podem, sem grandes dificuldades, exercer as funções civis executadas por missões de paz. A exemplo do que ocorre com o desdobramento de policiais, a ampliação da atuação brasileira nessa vertente menos tradicional e de crescente importância atende à necessidade de que o País ocupe espaços que pode preencher com competência. Ajuda, ainda, a consolidar a visão brasileira de que as OMP podem desempenhar papel relevante na criação de condições propícias ao desenvolvimento socioeconômico e a consolidação do Estado nos países em que atuem.

> *"Um fundamento diplomático de nossa participação em OMP é o firme compromisso com a segurança, a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconômico de nossa região."*

Também será importante, do ponto de vista diplomático, aumentar o número de militares e policiais do sexo feminino desdobradas em operações de manutenção da paz, em atenção às recomendações constantes da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança. A medida é especialmente necessária naqueles cenários de conflito ou pós-conflito em que o monitoramento, prevenção e combate à violência sexual e baseada em gênero é uma preocupação particular. Em qualquer caso, porém, a maior presença feminina entre nossos "peacekeepers" contribuirá com o trabalho em curso, nas Nações Unidas, de promoção do papel das mulheres como agentes da consolidação da paz e do desenvolvimento socioeconômico. Não se deve subestimar, por exemplo, o impacto positivo que a simples visão de mulheres militares ou policiais pode ter sobre populações civis em muitos países.

As considerações acima evidenciam o valor e o significado das operações de manutenção da paz para a política externa do Brasil. Em poucas palavras, nossa participação em tais operações exprime o que somos, como povo e nação: amantes da paz, solidários, respeitosos do Direito Internacional e genuinamente interessados na estabilidade e prosperidade de outros povos e nações. Cabe-nos continuar trabalhando para garantir que nossa presença nas missões de paz siga ganhando importância, em benefício nosso, dos países em que atuamos e de uma ordem internacional efetivamente multilateral.

A PREVENÇÃO E O COMBATE AO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO, A ONU E O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS: REFLEXOS NO BRASIL

Alvaro de Souza Pinheiro

General de Brigada na Reserva. Analista Militar, especialista em Operações Especiais, Guerra Irregular e Combate ao Terrorismo.

A Ameaça Terrorista Transnacional Contemporânea

Muito embora ponderável parcela da opinião pública nacional, em função de seus endêmicos despreparo e desinformação, e também uma elite intelectual, político-ideologicamente motivada, acreditem que o Brasil está imune a este tipo de ameaça, na atualidade, está evidente nos cinco continentes, sobretudo, após os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, uma idéia força de que o "Terrorismo Transnacional Contemporâneo" tornou-se a principal ameaça à paz e à segurança internacionais.

Na verdade, o fenômeno do Terrorismo, da forma como se apresenta na atualidade, é uma ameaça antiga com roupagem nova. Sua ocorrência remonta à Idade Antiga, quando, ainda no Sec II, marcou presença no conflito armado entre Roma e Cartago. No Sec XI, a história registra a presença dos "Assassinos", seita muçulmana de etnia xiita, que buscava a eliminação sumária de cristãos e de muçulmanos rivais da etnia sunita. No final do Sec XVIII (1793-1794), por ocasião da derrubada da monarquia pela Revolução Francesa – "A Queda da Bastilha", ocorre a primeira manifestação do terrorismo com motivação político-ideológica. "Os Jacobinos" eliminavam antagonistas com métodos sumários de execução em massa, no que a História reconhece como "Repressão Revolucionária Preventiva". No Sec XIX, a violência extremista marca presença pelo surgimento da filosofia anarquista de Bakunin.

A década de 1970 vem marcar o encontro da violência revolucionária com o marxismo-leninismo, ocorrendo a proliferação de movimentos que, contextualizando o terrorismo internacional no "Conflito Leste-Oeste", passam a empregar a violência extremista como instrumento de suas ações revolucionárias. Tais grupos armados empregavam um "terrorismo clássico", cujo papel era eminentemente tático, no contexto daqueles movimentos revolucionários característicos da época da Guerra Fria. Na América Latina, destacaram-se como grupos armados que utilizaram intensiva e extensamente esta forma de violência extremista em ambientes operacionais urbanos e rurais: os "Tupamaros", no Uruguai; os "Montoneros", na Argentina; o "Sendero Luminoso", no Peru; a "Frente Farabundo Marti para la Liberación Nacional", em El salvador; e as "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – FARC", que, inclusive, mantêm-se ativas naquele País vizinho, até os dias de hoje.

Esse cenário foi, inclusive, vivenciado no Brasil, cuja profícua e muito bem sucedida experiência de combate ao terrorismo (desencadeada sem a presença nem de tropa, nem de assessores estrangeiros, o que é internacionalmente reconhecido como uma lisonjeira exceção naquele cenário latino-americano), no período 1968-1974, foi objeto de várias observações da conceituada analista Claire Sterling, no best seller de sua autoria – "The Terror Network: The Secret War of International Terrorism". Numa dessas referências, ela se reporta ao "Minimanual do Guerrilheiro Urbano" (tornado público em julho de 1969), de autoria de Carlos Marighella , ratificando que, naquele momento, essa obra constituiu-se numa significativa fonte doutrinária sobre atividades terroristas diversificadas para organizações, tais como: "Irish Republican Army – IRA" (irlandês); "Baader-Meinhoff" (alemão); "Black September" (palestino); "Brigate Rossi" (italiano); "Euskadi ta Askatasuna – ETA" (basco); e outros. Segundo vários serviços de inteligência internacionais, essa publicação, ainda hoje, orienta as atividades de inúmeras células terroristas de diferentes países. Seu conhecimento, portanto, tornou-se um subsídio obrigatório no preparo para forças de segurança engajadas na prevenção e no combate ao terrorismo em todo o mundo. No próprio "Joint Publication 3-26 – COUNTERTERRORISM, 13 November 2009", Manual Conjunto de Contraterrorismo das Forças Armadas dos EUA, são feitas referências àquela obra de autoria de Marighella.

A partir da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a violência extremista caracterizada pelo terrorismo ganhou um papel eminentemente estratégico, tornando-se uma forma de projeção de poder à distância, por meio de sua transnacionalidade contemporânea, que passou a ter um fim em si mesmo. Novas formas de nacionalismo, sectarismo religioso, bem como o fundamentalismo islâmico, mudaram drasticamente o ambiente operacional psicossocial global, em função do emprego do que, hoje, identifica-se universalmente como Terrorismo Transnacional Contemporâneo.

A lógica da confrontação que, na Guerra Fria, era caracterizada por uma certa previsibilidade, em função de objetivos palpáveis e definidos, deu lugar, na atualidade, a uma imprevisibilidade absoluta, primeiro, pela existência de uma ameaça transnacional (e não mais localizada); segundo, pelo fato de que as organizações terroristas passaram a operar, tendo como sua motivação preponderante, a idéia de que quanto maior a destruição, melhor. A lógica fica completamente prejudicada quando se faz necessário combater indivíduos que nada mais têm a negociar, e que, visando causar o maior terror possível, usam

como instrumento desse terror, a sua própria morte, e que ambicionam atingir o "paraíso", matando, indiscriminadamente, em nome de Deus (terrorismo suicida).

Nesse contexto, embora as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) mantenham-se os mesmos da época da Guerra Fria (sequestros, assassinatos, atentados a bomba, incêndios criminosos, tomada de instalações diversificadas à viva força, golpes de mão e incursões), a metodologia da seleção do pessoal, e o preparo e adestramento das células terroristas, hoje, integradas por elementos de elevado nível técnico-profissional, com a utilização intensiva de tecnologia de ponta, inclusive, da tecnologia da informação, tornou ainda mais complexa e de difícil execução, a prevenção e o combate a essa solerte e insidiosa ameaça.

A posse e o emprego de meios classificados como "armas de destruição em massa", os temíveis agentes QBRN (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares), incorporaram-se definitivamente dentre os objetivos a serem atingidos pelas principais organizações terroristas da atualidade. As informações contidas na sintética apreciação abaixo transcrita, foram extraídas do Doc "Terrorist CBRN; Materials and Effects", elaborado pelo "Directorate of Intelligence/Central Intelligence Agency".

No que se refere aos agentes químicos, tais como Gás Mostarda, VX, Sarin, Gás Cloro, Gás Cianídrico, e outros, são adquiridos e implementados com facilidade, resultando um efeito imediato devastador. Quanto aos agentes biológicos, tais como Antraz, Botulismo, Peste, Varíola, Tularemia, Febres Virais Hemorrágicas, e outros, são de aquisição complexa, porém, de utilização de grande facilidade, resultando um efeito imediato devastador. Quanto aos agentes radiológicos e nucleares, sua aquisição e utilização são de grande complexidade, embora, possam ser obtidos por meio de roubo, compra ilegal ou cessão por governos simpatizantes.

Há que considerar-se, de forma muito especial, a caótica ameaça dos ataques cibernéticos. Tecnologia de ponta, pessoal qualificado na exploração de vulnerabilidades na internet, tudo resultando em efeitos catastróficos sobre as diversificadas redes de infraestruturas nacionais e regionais críticas, inclusive de segurança e defesa. Esta ameaça é o mais novo pesadelo dos sistemas de inteligência do mundo civilizado.

Conceito de Terrorismo

No que se refere à conceituação de Terrorismo, há que se destacar uma sintomática inexistência de consenso, dentre aquelas existentes. Mesmo nos EUA, nas conceituações adotadas pelos Departamento de Defesa (DOD) e Departamento de Estado (DOS), registra-se uma significativa diferenciação, senão vejamos:

"É a ameaça ou o emprego ilegal da força ou da violência contra indivíduos e propriedades, para coagir ou intimidar governos e sociedades, visando atingir objetivos políticos, ideológicos ou religiosos." (Departamento de Defesa /OTAN).

"É a violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes, por grupos não nacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência". (Departamento de Estado).

Fica clara uma profunda idiossincrasia entre estes dois conceitos, na medida em que o Departamento de Estado só caracteriza o atentado terrorista, quando exclusivamente perpetrado contra alvos não-combatentes (não reconhecendo atentados contra elementos das Forças Armadas).

A conceituação adotada pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) aproxima-se muito daquela formulada pelo Departamento de Estado dos EUA. "É a violência premeditada, politicamente

motivada, perpetrada contra alvos não-combatentes e, geralmente, destinada a influenciar uma audiência, e que pode ser apoiada por Estados." (ABIN).

Na verdade, em organismos internacionais, como é o caso da ONU, a dificuldade de consenso para conceituar o fenômeno do terrorismo se deve ao fato alegado que, muitas vezes, a conjuntura política internacional se divide ao avaliar determinados atos de violência extremista, que tanto são identificados como terroristas por alguns Estados, assim como são vistos como atos legítimos de heróica resistência por outros (nesse caso, os terroristas seriam vistos como "freedom fighters").

Há que se ter em mente, entretanto, que esta inexistência de consenso na conceituação não significa que a comunidade internacional não saiba identificar com precisão o que venha a ser um ato terrorista. Uma evidência dessa realidade fica perfeitamente caracterizada na obra "Political Terrorism", do conceituado analista inglês Paul Wilkinson, quando numa série de observações, registradas no parágrafo abaixo, ele define com rara propriedade esta violência extremista:

"O que distingue o terrorismo de outras formas de violência não é apenas a sua severidade, mas, sobretudo, a sua amoralidade plena e o total desrespeito às legislações vigentes... Trata-se de uma violenta manifestação de que os fins justificam os meios... Na tentativa de atingir seus objetivos, as organizações terroristas repudiam qualquer compromisso com os códigos éticos e morais vigentes no mundo civilizado, declarando-se totalmente isentas dessas obrigações... Deflagrada de forma deliberada, a violência sacrifica, sem contemplação, qualquer tipo de consideração de caráter humanitário, sobretudo, o respeito à vida e à dignidade humanas... A clemência, a misericórdia e a compaixão são vistos como fraquezas de origem judaico-cristã, e como tal, devem ser drasticamente rejeitadas."

Mais do que nunca, há que se ter em mente que o terrorismo é uma forma de guerra psicológica, o que absolutamente não impede, muito pelo contrário, estimula, a ocorrência de baixas letais, na sua maioria, de cidadãos civis não combatentes.

Classificação das Organizações Terroristas Contemporâneas

Esta classificação pode ser feita conforme vários aspectos. Em função de seus objetivos estratégicos e modus operandi, é possível classificar as atuais organizações terroristas em quatro grandes grupos:

1ª variante: organizações terroristas inseridas no contexto de movimentos revolucionários, desencadeando atentados em conjunção a atos de subversão e guerrilha, visando à derrubada do sistema político vigente. Ex. FARC e ELN (Colômbia); e a Frente de Libertação Abu Sayyaf (Filipinas).

2ª variante: organizações terroristas que, apesar do engajamento em causas tidas como justas, em função do radicalismo de suas posições, mostram-se incapazes de obter um significativo apoio popular. Ex. Grupo Separatista Basco ETA (Espanha) e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC).

3ª variante: organizações terroristas que seguem as diretrizes emanadas de governos de estados nacionais patrocinadores, visando à consecução de objetivos diversificados. Ex. Hezbollah, Hamas, e o Jihad islâmico.

4ª variante: organizações terroristas que, embora contando com o apoio velado de diversos governos simpatizantes, operam de forma totalmente independente, não restringindo nem as suas ba-

ses, nem as suas ações aos territórios de determinados países ou a determinadas filosofias políticas. Ex. Al Qaeda e suas filiadas.

Ligações com a Criminalidade Organizada

Na atualidade, a atividade terrorista, não raro, está envolvida com uma cerrada conexão de natureza criminosa. A obtenção de recursos financeiros e o suporte logístico demandam, impositivamente, o contrabando de armas e munições diversificadas; não raro, um profundo envolvimento com o tráfico de drogas; bem como, um intensivo fluxo financeiro, materializado pela atividade criminosa internacional identificada como "lavagem de dinheiro" ("money laundry").

Os exemplos das conexões com organizações do crime organizado são inúmeros: Al Qaeda e o tráfico internacional de ópio de origem afegã; Hezbollah e o tráfico internacional de ópio e heroína de origem libanesa; Frente Separatista Chechena e a chamada Máfia Russa; FARC, ELN e AUC com os cartéis colombianos e com o crime organizado da maioria dos países latino-americanos e dos EUA.

No dia 21 de abril de 2001, Luís Fernando da Costa, vulgo "Fernandinho Beira Mar", foi preso por uma patrulha do Exército Colombiano, na selva do Departamento de Vichada, a leste daquele País, e não distante da fronteira com o Brasil. "Beira Mar", naquele momento, já era o maior narcotraficante do Brasil, e líder da mais perigosa facção do crime organizado do Estado do Rio de Janeiro. Sua captura ocorreu quando da execução da "Operação Gato Negro", quando mantinha contato com o Comandante da Frente 16 das FARC, codinome "Negro Acacio" (morto na "Operação Sol Nascente", em 3 de setembro de 2007), para negociar com ele a troca de fuzis russos Kalashnikov AK-47, Cal 7.62 mm por cocaína refinada. Preso, foi repatriado para o Brasil, onde se encontra cumprindo uma extensa pena, em presídios nacionais de segurança máxima. Essa conexão é uma evidência de que, hoje, muito mais do que um movimento revolucionário, as FARC se constituem no maior cartel de cocaína refinada do mundo, exercendo um papel de liderança numa das mais graves ameaças sociais do planeta – o NARCOTERRORISMO.

Nesse contexto, a Resolução 1373, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, registra que: "Observa com preocupação a estreita conexão que existe entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, as drogas ilícitas, a lavagem de dinheiro, o tráfico ilícito de armas, e a circulação ilícita de materiais nucleares, químicos, biológicos e outros materiais potencialmente letais. E a esse respeito enfatiza a necessidade de promover a coordenação das iniciativas nos planos nacional, subregional, regional e internacional, para reforçar a resposta internacional a estas graves provocações e ameaça à segurança internacional." (United Nations Office for Drugs and Crime - UNODC).

O Impacto da Comunicação

A propaganda e a contundente comunicação com a opinião pública nacional e internacional são indispensáveis às organizações terroristas, quaisquer que sejam as suas motivações. O chamado "oxigênio da publicidade" é quem gera o aproveitamento do êxito dos atentados, resultando

tanto no que se refere à disseminação do horror e do sentimento de insegurança, quanto ao apoio de diferentes matizes para a causa. Os exemplos mais significativos foram os efeitos produzidos, tanto junto à opinião pública nacional quanto à opinião pública internacional, nos ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA; 11 de março de 2004, em Madri; e 7 de julho de 2005, em Londres.

Planejamento e Execução de um Atentado Terrorista

Durante a última década, ocorreu um verdadeiro refinamento da eficiência assassina das organizações terroristas. O planejamento operacional terrorista ganhou consistência em seus mínimos detalhes, tudo visando a minimizar riscos e alcançar a mais alta probabilidade de êxito, maximizando a atenção da opinião pública nacional e internacional. Quanto mais capacitada militarmente é a organização terrorista, mais proficiente ela é em termos da metodologia de seu planejamento e execução.

As TTP selecionadas são integradas ao plano geral, tendo sempre em mente que o sucesso na consecução dos objetivos operacionais deve ter repercussões altamente positivas na consecução dos objetivos estratégicos.

Nesse contexto, de uma maneira geral, na atualidade, pode-se levantar as fases do planejamento e da execução de um atentado terrorista, da seguinte forma: 1ª – Seleção ampla de alvos; 2ª – Levantamento de Inteligência e Vigilância; 3ª – Seleção do alvo específico; 4ª – Vigilância pré-ataque, reunião dos recursos humanos e materiais e planejamento final; 5ª – Ensaios; 6ª – Fuga, evasão e exploração psicossocial do ataque.

Atividades Básicas de Prevenção e Combate ao Terrorismo

Uma política de prevenção e combate ao terrorismo deve integrar, holisticamente, medidas em todos os campos do poder nacional: político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico.

Hoje, existe um consenso global de que tais atividades, desenvolvidas nos três níveis – estratégico, operacional e tático, estão enquadradas nas seguintes vertentes: Apoio de Inteligência, Antiterrorismo, Contraterrorismo, e Administração de Consequências.

O Apoio de Inteligência é a atividade fundamental, porque sem a sua eficiência e eficácia, todas as demais atividades de Prevenção e Combate ficam sensivelmente prejudicadas. Para que o Sistema Nacional de Inteligência (no caso brasileiro, o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN) opere de forma eficiente e eficaz, é impositiva uma sólida integração entre os Organismos de Inte-

ligência da Segurança Nacional e da Segurança Pública. A atual conjuntura internacional e os ensinamentos colhidos recomendam que também é impositivo o relacionamento com selecionadas Agências de Inteligência de outros países.

Inclui a busca (caracterizada pelo sigilo na sua execução) e a coleta de dados (executada de forma ostensiva). Dentre as principais fontes a serem trabalhadas pelo Sistema, destacam-se informações de fonte aberta (mídia, publicações diversificadas, internet etc.); informações de garantia da lei e da ordem, via de regra, oriundas dos organismos da Segurança Pública; e as da Comunidade de Inteligência Governamental (onde avulta a importância dos Sistemas de Inteligência das Forças Armadas, pela sua capilaridade em todo o território nacional).

Nas atividades de Inteligência referentes especificamente à Prevenção e ao Combate ao Terrorismo, prepondera a Inteligência Humana sobre a de Sinais e de Imagens. A execução da busca e da coleta de dados deve ser fundamentalmente agressiva. Tal fato é uma decorrência de que, na atualidade, a Inteligência Contraterror reativa (da época da Guerra Fria, característica do Contraterror Defensivo) foi impositivamente substituída pela Inteligência Contraterror Proativa ou Preemptiva (característica do Contraterror Ofensivo). Nesse contexto, as Equipes de Operações de Inteligência devem ser capazes de, após o levantamento das informações necessárias, prosseguir, de imediato, na missão de neutralização (captura e/ou eliminação dos integrantes) da(s) célula(s) terrorista(s).

Ao Sistema de Inteligência cabe proceder à "Análise da Ameaça Terrorista", estudo permanentemente atualizado que consiste num processo de exame e avaliação contínua de todas as informações disponíveis, concernentes a potenciais atividades de grupos ou indivíduos que possam afetar os Interesses Nacionais. Nesta Análise, configura-se como um relevante instrumento, o estabelecimento impositivo de conexões com agências de inteligência internacionais selecionadas. Até porque, a natureza dos "Elementos Essenciais de Inteligência – EEI", em situações dessa natureza, determina que se priorize, nas organizações terroristas, informações especificamente relacionadas com: Liderança; Intenções e Motivações; Atividades recentes e atuais; Áreas de Homizio; Fontes de recursos; TTP etc.

O elemento coordenador do Apoio de Inteligência é, via de regra, o órgão focal do Sistema Nacional de Inteligência, no caso do SISBIN, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

O Antiterrorismo é a atividade que engloba as medidas defensivas de caráter preventivo, a fim de minimizar as vulnerabilidades dos indivíduos e das propriedades, impedindo e dissuadindo os atentados terroristas.

O Contraterrorismo é a atividade que engloba as medidas ofensivas de caráter repressivo, a fim de impedir, dissuadir, antecipar e responder aos atentados terroristas.

Enquanto que o Antiterrorismo se fundamenta na ação de proteção caracterizada pela presença ostensiva, de caráter eminentemente preventivo, o Contraterrorismo demanda a execução de ações diretas de contato, eminentemente repressivas/retaliatórias, com as organizações terroristas em presença. Isto acarreta, em conseqüência, que tanto os elementos das Forças Armadas quanto

os da Segurança Pública destinados, seja às ações Antiterrorismo, seja às de Contraterrorismo, desenvolvam programas de preparação e adestramento especiais específicos.

Independentemente de sua extensão territorial ou de seu nível político-estratégico no cenário mundial, praticamente todos os países, nos cinco continentes, desenvolveram, tanto nos seus aparatos de Segurança Pública (Unidades policiais tipo Special Weapons and Tactics – SWAT) quanto nas suas Forças Armadas, Forças de Operações Especiais – FOpEsp, especificamente organizadas, adestradas e equipadas para as ações de Contraterrorismo.

No Brasil, nas suas Forças Armadas, destacam-se como FOpEsp: no Exército Brasileiro, a Brigada de Operações Especiais – Bda Op Esp, tendo como seus elementos de combate, o 1º Batalhão de Forças Especiais – 1º BFEsp , e o 1º Batalhão de Ações de Comandos – 1º BAC; e como seus elementos de apoio ao combate, o Batalhão de Apoio às Operações Especiais – BApOpEsp, e o Batalhão de Operações Psicológicas – BOpPsc; na Marinha do Brasil: o Grupamento de Mergulhadores de Combate – GRUMEC, e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais – BtlOpEspFuzNav (Comandos Anfíbios); e na Força Aérea Brasileira, o 1º Esquadrão Aeroterrestre de Busca, Salvamento e Operações Especiais (PARASAR). No Departamento de Polícia Federal, o Comando de Operações Táticas (COT); nas Polícias Militares e Civis, os Batalhões de Operações Policiais Especiais (BOPE) e os Grupos de Operações Policiais Especiais (GOPE), respectivamente. No Estado do Rio de Janeiro, o elemento de Operações Policiais Especiais da Polícia Civil é identificado como Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE).

A exemplo da Inteligência Proativa, as ações de Contraterrorismo são, na atualidade, eminentemente preemptivas (Contraterrorismo Proativo). A neutralização das células terroristas, por meio de ações retaliatórias, antes que executem seus atentados, é o maior ensinamento colhido nos mais recentes ataques, a começar pelos realizados a 11 de setembro de 2001. Nessa concepção, avulta a necessidade de que as unidades das FOpEsp das Forças Armadas e do aparato da Segurança Pública que operarem ações contraterrorismo, tenham um adestramento específico bastante diferenciado daquele realizado pelas unidades destinadas às ações antiterrorismo.

Fundamentalmente, a mais moderna concepção de combate ao terror preconiza que a neutralização das células terroristas em presença, deve ser desencadeada nas fases anteriores à execução do atentado (ou seja, ainda nas fases do planejamento, reunião e desdobramento dos meios). A Unidade de Comando nas ações de combate (antiterrorismo e contraterrorismo) é essencial. A autoridade especializada de mais alto nível hierárquico, em presença, exercerá as funções cumulativas de Comandante da Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais – FTCjOpEsp – Controle Operacional das unidades antiterrorismo e contraterrorismo; de Coordenador da Ação Contraterrorista (CACT) e, via de regra, no contexto dos Centros de Coordenação de Operações de Segurança Integrada – CCOpSI, dos Comandos Militares de Área, de Chefe do Centro de Coordenação Tática Integrada – CCTI, onde estarão todos os elementos especializados em contraterrorismo, das diversas instituições em presença.

Na concepção proativa, uma inteligência eficiente e eficaz é indispensável. Inclusive, um dos adestramentos mais relevantes das Equipes Táticas Contraterrorismo das FOpEsp é o referente às Operações Táticas de Inteligência, particularmente, de Inteligência Humana – "Vigilância", "Cobertura de Pontos" e "Estouro de Aparelhos". Quanto maior for a capacitação militar das células terroristas, maior será a demanda por Equipes Táticas Contraterrorismo oriundas das Unidades das Forças Armadas (em detrimento daquelas oriundas do aparato policial).

Nas ações cinéticas de combate a serem executadas pelas FOpEsp contraterrorismo, são 4 os principais vetores das atividades terroristas: Momentum, Finanças, Motivação e Liderança. O ideal é pressionar todos eles, porém, a experiência tem demonstrado que os mais acessíveis às ações contraterroristas são a Liderança e as Finanças.

A Administração de Consequências dos atentados terroristas constitui-se numa série de ações de resposta, visando restaurar a capacitação antiterrorista. Inclui a preparação para minimizar as conseqüências de um atentado, inclusive com emprego de agentes QBRN. Consiste na emissão de alertas e diretrizes à população, planejamento do atendimento a catástrofes, saúde pública, vigilância sanitária e outras medidas preparatórias. A Administração de Consequências é, via de regra, gerenciada pelo órgão central da Defesa Civil Nacional.

A ONU e o Combate ao Terrorismo

A atuação da ONU em relação ao terrorismo não é um fato recente. Conforme a própria Organização, as primeiras resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança da ONU referentes ao combate ao terrorismo, datam de 1972 e 1989, respectivamente. Os atentados de 11 de setembro de 2001, porém, trouxeram novas imposições às Nações Unidas.

Ainda em setembro de 2001, o Conselho de Segurança expediu a Resolução 1373 (já citada, neste trabalho, no tópico "Ligações com a Criminalidade Organizada"), que criou o "Comitê Contraterrorismo" ("Counter-terrorism Commitee - CTC"), responsável por monitorar a implementação da Resolução 1373 e fortalecer a capacidade dos estados em combaterem o terrorismo. Esta Resolução determina aos Estados que punam indivíduos que apóiem atividades terroristas, que neguem apoio financeiro e logístico aos terroristas e que compartilhem informações a respeito de grupos que estejam planejando ataques terroristas.

Em 2002, a Resolução 1390, do Conselho de Segurança, expandiu as funções do "Comitê de Sanções contra a Al Qaeda e o Talibã"("Al Qaeda and Taliban Sanctions Commitee") visando ao desencadeamento de um processo de incrementação daquelas sanções.

Em março de 2004, criou-se o "Diretório Executivo do Comitê Contraterrorismo" ("Counter-Terrorism Commitee Executive Directorate - CTED") com a função de revitalizar o trabalho do CTC, ao prover aconselhamento especializado, facilitar a assistência técnica relativa a medidas de combate ao terrorismo, e promover uma maior cooperação entre as diversas organizações regionais e inter-governamentais.

Em 10 de março de 2005, em Madri, num evento comemorativo do primeiro aniversário dos atentados terroristas aos trens em Atocha, o Secretário Geral Kofi Annan lançou os fundamentos da estratégia contraterrorismo das Nações Unidas. Esta estratégia foi confirmada, em setembro de 2005, quando da sexagésima sessão das Nações Unidas, também conhecida como "Cúpula Mundial de 2005". Nesse evento, foi expedido o Relatório "Unindo contra o Terrorismo" ("Uniting against Terrorism"), contendo recomendações para uma estratégia global contraterrorismo. Conforme suas próprias palavras, naquela oportunidade, Kofi Annan declarou: "Minhas recomendações para uma estratégia buscam tanto orientar-nos quanto unir-nos no desenvolvimento de uma capacidade estatal pela ênfase nos elementos operacionais de dissuasão, negação, impedimento e defesa dos direitos humanos."

Os fundamentos dessa estratégia ficaram conhecidos como os "Five Ds": Dissuading, Denying, Deterring, Developing, Defending.

- Dissuadir pessoas de utilizarem o terrorismo ou apoiá-lo

Ação estratégica que se fundamenta no enquadramento do terrorismo como ato inaceitável e em que o combate às condições que favorecem o seu surgimento deve ser a base das ações da ONU para se dissuadir a cooptação de pessoas para o seu apoio ou utilização. Como são inúmeros os

Estados em que governos falidos não são capazes de garantir os direitos humanos, nem de evitar a discriminação religiosa ou étnica, assim como a exclusão política e a marginalização socioeconômica, torna-se uma tarefa quase impossível às Nações Unidas, por si só, conduzir exitosamente esta ação.

- Negar aos terroristas os meios para a realização de um ataque

Outra ação estratégica altamente complexa, em virtude das conexões entre as organizações terroristas e a criminalidade organizada, que lhes proporciona recursos financeiros para a aquisição de armas, munições, explosivos, o acesso de recursos humanos e materiais a possíveis alvos, a obtenção do desejado impacto e a visibilidade dos ataques, a nível global. O próprio Secretário Geral confessou não ver progresso na consecução dessa ação estratégica.

- Impedir que estados apóiem o terrorismo

O problema nesta ação estratégica é a inexistência de sistemas que propiciem um cerrado acompanhamento da implementação das Resoluções do Conselho de Segurança e do reconhecimento de sua autoridade por parte de inúmeros Estados, cuja posição político-estratégica é tradicionalmente caracterizada por uma insidiosa ambigüidade.

- Desenvolver a capacidade dos Estados no combate ao terrorismo

Outra ação estratégica de difícil consecução pela tremenda heterogeneidade inter-estatal, inexistência de recursos financeiros para prover assistência técnica aos Estados mais necessitados e, mais uma vez, a ambigüidade político-estratégica de inúmeros Estados.

- Defender os direitos humanos na luta contra o terrorismo

O Secretário Geral Kofi Annan, desde o primeiro momento, deixou claro que esta ação estratégica seria o pilar básico de sua estratégia. E nesse contexto, enfatiza que da mesma forma que condena as organizações terroristas por sua rotineira agressão aos direitos individuais, não pode aceitar qualquer ação contraterrorismo que agrida esses direitos.

Na verdade, a presente estratégia contraterrorismo das Nações Unidas, cujos fundamentos foram ratificados na atual gestão do Secretário Geral Ban Kimoon, não podem ser consideradas como exitosas, sobretudo, por dar maior preferência às causas do que ao combate efetivamente orientado à neutralização das mais notórias organizações terroristas. Até porque, a incapacidade da ONU nesta tarefa é perfeitamente entendida, por não ser um corpo homogêneo e, sim, uma "colcha de 195 retalhos" (dos mais variados matizes). Dessa forma, a presente estratégia é muito mais uma política de combate a longo prazo, com efeitos duvidosos, uma vez que é incapaz de uma atuação eficaz contra as organizações terroristas, sobretudo, no curto prazo.

Na atualidade, a ONU está propagando a implementação do que está sendo reconhecido como "robust peacekeeping", mesmo em missões fundamentadas no Cap VI da Carta da ONU. Componentes militares e policiais de Missões de Paz da ONU estão sendo autorizados a empregar a força na neutralização, sobretudo, de grupos criminosos que, utilizando TTP terroristas se constituem em significativos óbices na consecução da paz. A MINUSTAH, Missão no Haiti, cujo Componente Militar é liderado por um Oficial General brasileiro, e que conta com um sólido contingente na-

cional (o maior da Missão), está vivenciando um exemplo marcante dessa ação estratégica.

O Direito Internacional dos Conflitos Armados, o Combate ao Terrorismo Contemporâneo e o Direito Penal Internacional.

Inicialmente, há que se destacar que o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) é um ramo do Direito Internacional (DI), só existindo quando em presença de uma situação de conflito armado. Caso contrário, permanece-se no campo do Direito Internacional Público, no contexto de seus vários matizes: Direitos Humanos (DIDH), Direito de Navegação, Direito Penal Internacional ou diferentes tratados celebrados no seio da Comunidade internacional, dentre as quais ressaltam-se as Convenções e Resoluções da ONU.

Se analisarmos a natureza ancestral da guerra e da violência, desde os primórdios das cidades – estado originárias da Paz de Westphalia, passando pelos conflitos entre exércitos nacionais, as duas guerras mundiais e chegando aos dias de hoje, constatamos indubitavelmente que o Terrorismo Transnacional Contemporâneo está completamente fora do esquema das normas e princípios internacionais em vigor. E tal fato é respaldado por duas razões básicas. Primeira: as atuais normas internacionais foram estabelecidas com base nos modelos clássicos das guerras de 2ª (cujo ápice foi atingido na I Guerra Mundial) e da 3ª Geração (cujo ápice foi atingido na II Guerra Mundial). Segunda: inexistência de um conceito legal e amplamente aceito sobre o Terrorismo Transnacional (muito embora a expressão "ato de terror" tenha seu entendimento perfeitamente compreendido e acordado, inclusive em inúmeras Resoluções da ONU).

Na visão de renomados especialistas internacionais, os três instrumentos do DICA mais importantes na atualidade são: as Convenções de 1949, já consideradas como consuetudinárias, ou seja, não há necessidade de ratificação, pois são obrigatórias. Há que se destacar que nelas não há menção a "atos de terror" como método, pois, basicamente, estão focadas na preservação da integridade das pessoas. Em segundo lugar, aparecem os Protocolos de 1977; e, em terceiro lugar, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI), resultante do Tratado de Roma, que o criou vinculado à ONU. Acrescente-se que mais de dois terços de Estados (inclusive, o Brasil), integrantes das Nações Unidas, subscreveram o Tratado de Roma, manifestando, assim, ainda que implicitamente, no caso daqueles que ainda não a subscreveram, a intenção de cooperar com a nova Corte Internacional. Tanto os Protocolos de 1977 quanto o Estatuto do TPI condenam os "atos de terror" como método.

Admitindo-se que há um estado de guerra (conflito armado) e, portanto, o DICA é aplicável, o emprego de "atos de terror" como método é vedado. Nesse caso há, por exemplo, artigos dos Protocolos de 1977 que expressamente os proíbem. A Comunidade Internacional e o DICA os repudiam, tanto expressa, quanto tacitamente. Um bom exemplo foi o resgate de Ingrid Bettancourt que, embora tenha sido feito violando o DICA (em função da utilização de um helicóptero médico com fins militares), a Comunidade Internacional considerou um ato válido (apesar de ilícito), tamanha é a carga de ojeriza que "os atos de terror" como método, carregam. Em outras palavras, o peso político e a opinião pública internacional fizeram com que, apesar de o Presidente Alvaro Uribe ter admitido violar a lei internacional, ele tenha sido "absolvido" no tribunal da opinião pública. E até o próprio Comitê da Cruz Vermelha viu-se impossibilitado politicamente de ratificar os comentários que havia publicado em seu site. Ou seja, ainda que pendendo uma definição internacional específica para o fenômeno do Terrorismo, há um consenso que os métodos por ele empregados para atingir objetivos de diversificados matizes (quer políticos, quer militares) agridem contundentemente os usos e costumes da guerra.

No que se refere à "esterilização" de Osama Bin Laden, à época daquela espetacular ação, muitos juristas vieram a público assacar que houvera uma contundente violação das fronteiras de um país soberano (Paquistão), e que, além disso, apesar de o terem capturado com vida, eliminaram-no sumariamente e o sepultaram em alto mar. Esse questionamento está muito mais enquadrado no DI em si, do que no DICA em particular.

No que concerne ao DI, houve de fato uma invasão ilegal das fronteiras de um país soberano. Discute-se, entretanto, se haveria outro modo de fazê-lo, posto que: 1) os SEALs dispunham da mais acurada Inteligência possível; 2) tratava-se

do terrorista mais procurado da face do planeta; 3) o governo paquistanês estava indubitavelmente dando guarida a Bin Laden, e qualquer solicitação de autorização implicaria uma dramática perda de oportunidade.

Quanto ao Direito Penal Internacional (DPI), realmente, o Governo dos EUA violou-o ao não conceder um julgamento com direito à ampla defesa e ao dar destino ao cadáver em local indeterminado (o que caracterizou a "esterilização"- termo empregado nas Operações Especiais). Nesse contexto, à luz do DPI, Osama Bin Laden seria levado à julgamento no Tribunal Penal Internacional, de Haia.

Para o DICA, por sua vez, ele poderia ser considerado um prisioneiro de guerra (PG), e, como tal, deveriam ser-lhe concedidas as garantias acima. Na verdade, tanto no que concerne ao DPI quanto ao DICA, um antecedente comum a esse caso, (Saddam Hussein), produziu-se, no Iraque, um julgamento "fantoche", com advogados e promotores fictícios, com o Ocidente tentando aplicar o seu conceito de justiça num país primitivo, com um regime tribal com dezenas de comunidades diferenciadas, cada uma reivindicando justiça pelas próprias mãos. Como conseqüência, aquela bizarra execução por enforcamento, que vazou por um vídeo de celular, levou ao recrudescimento dos combates, após uma equivocada martirização de um tirano frio e sanguinário.

Outro ponto a considerar, o Presidente Barack Obama, desde a sua campanha eleitoral, comprometeu-se com o povo dos EUA e com a Comunidade Internacional, a "eliminar" Bin Laden e "destruir" a Al Qaeda. A Operação "Neptune Spear" nada mais foi que o cumprimento da promessa feita.

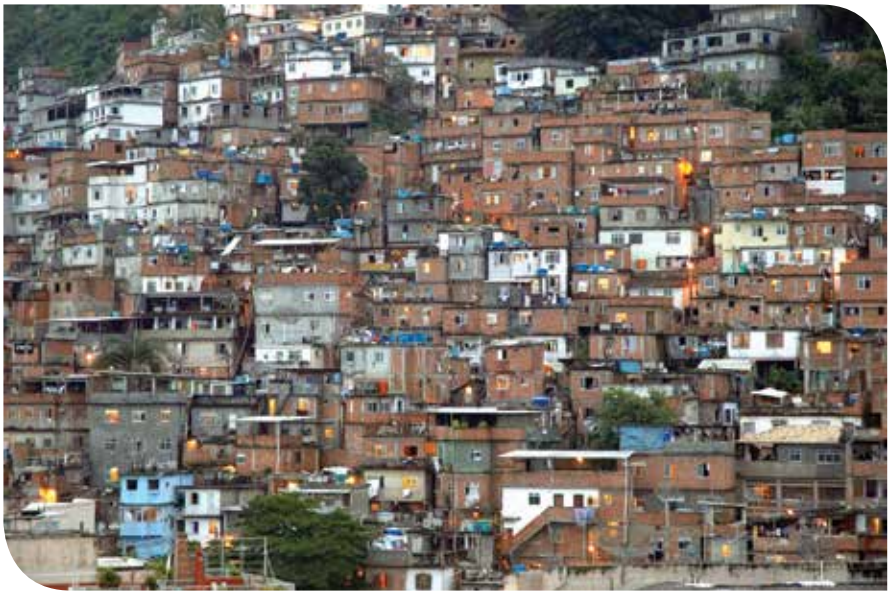
E há ainda que se considerar que Osama Bin Laden não era, realmente, um PG, como visualizado e referido nas normas legais das guerras de 2ª e 3ª Geração, mas o assassino frio e calculista que admitiu ser o responsável pelo dramático episódio de 11 de setembro de 2001, que mudou radicalmente o curso da História Contemporânea.

Acrescente-se que não há provas cabais de que aquele terrorista não tenha sido eliminado numa ação de combate, o que tornaria o ato tecnicamente lícito; e, onde mais, na face da Terra, seria possível sepultá-lo, se não fosse em algum ponto desconhecido e inacessível, como as profundezas abissais do oceano?

Conclusivamente, é inquestionável que a referida ação foi considerada "militar e politicamente necessária", inclusive, por conceituados especialistas em normas internacionais, em todos os continentes, inclusive no mundo muçulmano.

Terrorismo no Brasil?

Não existe mais lugar seguro no mundo! A avaliação da possibilidade de atuação de organizações terroristas transnacionais contemporâneas no território nacional deve envolver dados de diferentes matizes.



Há que se ter sempre em mente que os mais violentos ataques já efetuados contra o Estado de Israel pelo Hezbollah, não foram executados dentro do território israelense, e, sim, na Argentina. O primeiro deles foi executado em 17 de março de 1992, tendo como objetivo a Embaixada de Israel em Buenos Aires, resultando em 29 mortos e 242 feridos. O segundo, foi perpetrado contra a Associação Mutual Israelense-Argentina (AMIA), também no centro da Cidade de Buenos Aires, em 18 de julho de

1994, resultando em 86 mortos e 250 feridos.

Destaque-se que, na consecução dos objetivos estratégicos do Hezbollah, havia outras alternativas na América do Sul, incluindo a Embaixada Israelense em Brasília, ou o Consulado Israelense em São Paulo. E, certamente, as opções selecionadas, priorizando Buenos Aires, foram feitas em função das vulnerabilidades que a segurança argentina oferecia. Os dois atentados foram contra o Estado de Israel, porém, todas as baixas foram de cidadãos argentinos, não houve nenhuma baixa humana israelense.

A empresa privada Maplecroft, contratada para assessorar o "National Counter Terrorism Center – NCTC", dos EUA, na "Análise de Risco da Ameaça Terrorista", no seu "Terrorism Risk Index", na sua edição de fevereiro de 2010, estabelecia os Estados Nacionais classificados como "Extreme Risk": Colômbia, Argélia, Somália, Afeganistão, Iraque, Paquistão, Índia e Tailândia. Como "High Risk": Peru, países da África Central, Iêmen, Irã, Síria, Líbano, Israel, Espanha e Turquia. Como "Medium Risk": EUA, China, Líbia, Egito, Arábia Saudita, França, Brasil, México, Equador e Venezuela. Como "Low Risk": Argentina, Canadá, Austrália, e outros. A justificativa de se igualar o nível de ameaça terrorista (médio) entre EUA, França, China e Brasil deve-se ao fato, dentre outros, de que todos esses Estados estão muito bem servidos por infraestruturas críticas nacionais, fator considerado de alto risco e indicador de grande favorabilidade na seleção de um país para atentados dessa natureza. Na verdade, comparando-se as infraestruturas críticas do Brasil (bacias petrolíferas, campos de produção de petróleo, dutos, refinarias, produção de biocombustíveis, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, produção de gás natural, portos, aeroportos, ferrovias e estações rodo-ferroviárias, telecomunicações, estações de transmissão de energia elétrica, e centros de poder político) com as dos demais países do Hemisfério Ocidental, o Brasil só é superado pelos EUA.

Por outro lado, o Brasil, a curto, médio e a longo prazo, vai ser o anfitrião de eventos internacionais de grande vulto, tais como: em 2012, a Conferência de Cúpula do Meio Ambiente RIO+20, com a presença de cerca de 150 Chefes de Estado; em 2013, o Festival da Juventude de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, e a Copa das Confederações de Futebol; em 2014, a Copa do Mundo de Futebol; e em 2016, os Jogos Olímpicos.

Sem dúvida alguma, aqueles que não conseguem visualizar que o País, em função de sua atual estatura político-estratégica, como potência emergente, já é um alvo compensador para ataques dessa natureza, não podem ignorar que todos esses eventos são alvos potenciais para organizações terroristas transnacionais dos mais variados matizes.

E há que se ter em mente que a preparação necessária para prevenir e combater organizações terroristas transnacionais contemporâneas não pode ser improvisada. Há que se construi-la, dia após dia. Sob pena de se pagar a irresponsabilidade ou a incompetência de não fazê-lo, de forma catastrófica, com traumáticos prejuízos para os Interesses Nacionais, inclusive, o pagamento com sangue do generoso povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Cinelli, Carlos Frederico, "Direito Internacional Humanitário – Ética e Legitimidade na Aplicação da Força em Conflitos Armados", Juruá Editora, março de 2011; e respostas à pesquisa específica relacionada ao Direito Internacional dos Conflitos Armados.

- Joint Publication JP 3-05, "Doctrine for Joint Special Operations", December 2003.

- Joint Publication JP 3-07.2, "Antiterrorism", April 2006.

- Joint Publication JP 3-26, "Counterterrorism", November 2009

- Pinheiro, Alvaro de Souza, JSOU Report 06-4, "Narcoterrorism in Latin America: A Brazilian Perspective", April 2006.

- Pinheiro, Alvaro de Souza, "A Prevenção e o Combate ao Terrorismo no Sec XXI", CEE ECEME, maio de 2010/ PADECEME 3º Quadrimestre 2010.

- Rezek, Francisco, "Tribunal Penal Internacional: Princípio da Complementariedade e Soberania", Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal, No. 11, Brasília, agosto de 2000.

- United Nations, "Uniting against Terrorism: Recommendations for a Global Counterterrorism Strategy", New York, May 2006.

EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS NA OP PAZ NO HAITI

TC Inf R1 Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti
Maj Inf Alexandre Rodrigues Feitosa
Maj Inf Leandro Nery Alves Vargas
Os autores servem na Divisão de Doutrina do CCOPAB

O conjunto de experiências que o CCOPAB adquiriu na Op Paz no Haiti pode ser sintetizado nas seguintes questões: 1) Como a evolução da MINUSTAH interagiu com o treinamento fornecido pelo CCOPAB aos contingentes militar, policial e civil no Haiti?; e 2) O que representou o desenvolvimento do Sistema Integrado para Gestão de Operações de Paz (SIGEPAZ) como ferramenta de apoio ao preparo dos contingentes?

A participação das tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) interage com o treinamento propiciado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sergio Vieira de Mello. A ligação entre as experiências no terreno e a doutrina preconizada para esse tipo de operação propiciou a reflexão de vários pontos relativos ao preparo dos militares a serem empregados como capacetes azuis.

A MINUSTAH foi criada em 2004, através da resolução 1532 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contando com o consentimento de autoridades haitianas. Essa atitude foi necessária já que acontecimentos internos no Haiti colocavam em risco a paz e a segurança em âmbito regional.

Inicialmente o contingente brasileiro naquela missão foi constituído pela denominada "Brigada Haiti". Em 2005 essa estrutura foi reduzida e nossas tropas ficaram compostas por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, que assimilou em sua organização um Grupamento Operativo

de Fuzileiros Navais. Ainda nesse mesmo ano, o contingente é acrescido em uma Companhia de Engenharia.

O ano de 2005 também testemunhou a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz. Essa Organização Militar passou a apoiar a preparação das tropas do Exército que seguiram para a MINUSTAH, alinhando o preparo desses efetivos com os aspectos preconizados pela doutrina da Organização das Nações Unidas (ONU) para as operações de paz. Nessa direção, o CI Op Paz forneceu materiais de treinamento para diversas técnicas operacionais empregadas no Haiti.

Em reposta aos efeitos do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, o Congresso brasileiro autorizou o envio de mais um Batalhão de Infantaria de Força de Paz para aquele país, além de reforços para a Cia Eng F Paz e Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

A transformação do CI Op Paz em CCOPAB, ocorrida em 2010, forneceu ao segundo todo o legado de conhecimento doutrinário do primeiro, de maneira que, as lições que antes se destinavam principalmente ao Exército, agora são vislumbradas como referência no âmbito do Ministério da Defesa para o preparo de militares, policiais e civis a serem empregados nas operações de paz e de desminagem humanitária.

De uma maneira geral, as tarefas realizadas pelo contingente brasileiro na MINUSTAH estão enquadradas no escopo das atribuições inerentes ao componente militar de uma missão de paz multidimensional e complexa, sob a égide do capítulo 7 da Carta das Nações Unidas.

Para melhor compreensão da relação entre o preparo e o emprego, pode-se apresentar a experiência de nossas tropas na MINUSTAH em 4 fases temporais:

1ª Fase

(junho de 2004 até o 1º semestre de 2005)

A primeira fase pode ser caracterizada pelo início da participação brasileira na MINUSTAH, em junho de 2004, participação essa que foi traduzida no desdobramento da Bda Haiti, integrada por tropas do Comando Militar do Sul, materializando o emprego real do "Brazilian Battalion" naquela missão de paz.

Evidenciaram-se, nesse período, as peculiaridades doutrinárias do trabalho sob a égide das Nações Unidas. O correto entendimento da missão a ser cumprida passou necessariamente pela compreensão do conceito de Operação de Manutenção de Paz Robusta, reforçando a necessidade de se prover à tropa maior esclarecimento sobre o tema.

As condicionantes para o Uso da Força também foram compreendidas pelos integrantes da MINUSTAH. As Regras de Engajamento preconizadas se mostraram um pouco diferentes das utilizadas em outras missões de paz de que o Brasil participara, a exemplo das missões de Moçambique e Angola, na década de 1990, reforçando a premência de treinamento para a nova situação.

Nessa primeira fase, as tropas brasileiras foram empregadas sem a definição de uma Área Operacional de Responsabilidade específica. Dessa forma, as tarefas foram cumpridas de acordo com a necessidade do Componente Militar, destacando a utilização das técnicas operacionais de patrulhamento, checkpoint e desobstrução de vias.

A parte logística também mostrou suas particularidades durante o desdobramento do contingente. A normatização expressa no Memorando de Entendimento (MOU), documento assinado pelo Brasil e a ONU, influenciou aspectos logísticos de apoio ao efetivo brasileiro, demonstrando a pertinência de se ter conhecimento específico sobre os sistemas de reembolso e logístico das Nações Unidas.

As tropas do Exército brasileiro enviadas nessa fase da missão recebiam treinamento orientado pelo Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), órgão da Divisão de Missão de Paz do Comando de Operações Terrestres (COTER), enfatizando os conhecimentos adquiridos pelas participações do EB nas Missões de Paz da década de 1990.

Dessa forma, conclui-se que na 1ª fase da MINUSTAH, o contingente brasileiro cumpriu tarefa precursora naquela missão. Por um lado, demonstrou a capacidade do Brasil em apoiar uma nação amiga em momentos de dificuldades; por outro, evidenciou a necessidade de conhecimento mais aprofundado sobre as peculiaridades do emprego de tropa sob a égide das ONU, evidenciando a necessidade de reformulação do treinamento ministrado pelo CEPAEB, incluindo aí a ideia da criação de uma organização que atendesse a esse propósito.

2ª Fase

(2º semestre de 2005 até o 1º semestre de 2007)

A segunda fase engloba o período em que as tropas brasileiras executaram, em sua plenitude, as atividades militares autorizadas pelo Mandato da MINUSTAH. Essa postura contribuiu para a obtenção do ambiente seguro e estável, permitindo a realização de eleições para diferentes cargos naquele país.

A Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti foi desdobrada no ano de 2005. O seu preparo foi realizado pelo Departamento de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro. Essa Subunidade realizou principalmente ações que visavam dar maior mobilidade às tropas, destacando as ações de desobstrução de vias e a pavimentação de vias de acesso de interesse para o cumprimento da missão. Essa componente militar foi normatizada por um MOU diferente da tropa de infantaria e teve atribuição de apoiar o Componente Militar da MINUSTAH como um todo, evidenciando as particularidades de seu emprego que diferenciaram o seu preparo em relação ao Batalhão de Infantaria.

O grande desafio desse período foi realizar a desarticulação das gangues armadas que atuavam na AOR do BI F Paz. Essa tarefa se mostrou fundamental para que os componentes Policial e Civil pudessem incrementar suas ações, buscando a implantação de um ambiemte seguro e estável em Porto Príncipe.

Para tanto, utilizou-se plenamente o conceito do Uso da Força para o cumprimento do Mandato. A conduta da tropa esteve totalmente alinhada com o preconizado pelas Regras de Engajamento e pelo Status of Forces Agreement (SOFA), alinhando a necessidade militar com os objetivos preconizados pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Dentre as Técnicas, Táticas e Procedimentos utilizados, destacou-se o emprego de Checkpoints, Operações de Busca e Apreensão (OBA), Operações de Cerco e Vasculhamento, além da utilização do conceito de "Ponto Forte", devidamente adaptado para a realidade de Porto Príncipe. Também houve o início do emprego de militares especializados, cumprindo tarefas nos intitulados DOPaz e DOP. A Operação "Punho de Aço", realizada em 2005 e a Operação Jauru Sudamericano, realizada em 2007, foram duas grandes ações realizadas pelo BRABATT, demonstrando todo o escopo de atividades militares utilizados no cumprimento do mandato da MINUSTAH.

Nessa segunda fase, o BRABATT foi empregado com a definição de uma Área Operacional de Responsabilidade específica. A Unidade recebeu a região onde se localizava o centro do poder político do Haiti, o bairro de Bel Air, que contava com as sedes do governo e do parlamento daquele país, além da área de Cité Soleil que é considerada a porção mais carente daquela capital, colocando em grande evidência as ações executadas pelo contingente brasileiro.

Ainda nesse período, o contingente trocou sua base por duas vezes. Esses movimentos foram realizados em estreita coordenação com a parte logística da ONU, possibilitando que nossas tropas tivessem instalações e acomodações que tanto permitissem sua operacionalidade como também fornecessem melhor sensação de bem estar e conforto.

Acompanhando toda essa efervescência, o Centro de Instrução de Operações de Paz foi criado em 2005. Inicialmente, seu núcleo foi composto por oficiais integrantes do 3º contingente, propiciando que a experiência colhida no terreno fosse repassada aos novos integrantes daquela missão.

O CI Op Paz iniciou a padronização do preparo dos BRABATT a serem enviados para a MINUSTAH. Para tanto, a equipe de instrução do Centro viajava até a sede do preparo, local onde repassava os conhecimentos para os oficiais.

O conteúdo disponibilizado também foi atualizado. Foram adotados os "Standardized Generic Training Module" fornecidos pelo DPKO da ONU. Essa atitude forneceu aos integrantes do Batalhão o conhecimento preconizado por aquele órgão, alinhando o treinamento dado no Brasil com o estipulado pelas Nações Unidas.

O desenvolvimento da instrução de tiro também foi aprimorada com a experiência haitiana. O CI OP Paz criou e divulgou, autorizado pelo COTER, os módulos de tiro de ação reflexa, atualizando técnicas e padronizando conhecimentos relativos ao emprego da arma de fogo em ambiente de combate urbano.

A partir de 2006, o Batalhão passou a realizar o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), com a utilização de militares com experiência no Haiti exercendo a função de OCA. Essa atividade, realizada sob a coordenação do gerente de preparo e suporte técnico do CI Op Paz e do CAAdEx, passou a ser executada como última atividade de treinamento dos contingentes, coroando a fase do preparo.

Dessa forma, conclui-se que na 2ª fase da MINUSTAH o papel relevante executado pelo contingente brasileiro passou a influenciar o preparo para a missão. A adoção de uma postura mais pró-ativa, respaldada pelas Regras de Engajamento, a realização de Grandes Operações e o início do trabalho conjunto com o componente policial que marcaram o emprego da tropa de infantaria nesse período foram assimilados e repassados pelo CI Op Paz para os contingentes subsequentes, impulsionando o preparo ao garantir a sua realidade em função do preparo das tarefas a serem cumpridas no momento do emprego.

3ª Fase

(2º semestre de 2007 até 12 de Janeiro de 2010)

A terceira fase nos remete a um período em que a interação entre os componentes Militar, Policial e Civil ganhou papel de destaque na MINUSTAH, coerentemente com a doutrina preconizada para esse tipo de missão. O treinamento fornecido pelo CI Op Paz acompanhou essa evolução e novos atores foram convidados a fim de colaborar com o treinamento das tropas, permitindo o conhecimento prévio das peculiaridades de algumas ONG, do trabalho com o pessoal civil da ONU, com policiais da área de missão, dentre outros.

O CI OP Paz também iniciou seu apoio ao preparo da Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti. Assim, o Centro pode dar suporte de treinamento no tocante à Doutrina ONU e as TTP utilizadas pelas tropas de infantaria para os integrantes da subunidade, contribuindo na ambientação desses militares para as tarefas que desempenhariam no Haiti.

Nesse período, houve maior cuidado no gerenciamento do uso progressivo da força legal para o cumprimento do mandato. Além de a conduta da tropa estar totalmente amparada pelas Regras de Engajamento, essa passou também a respeitar procedimentos específicos ordenados pelo Force Commander, no sentido de se utilizar o componente policial como primeiro agente na resolução dos incidentes ocorridos na área da missão, refletindo no preparo do Centro com o desenvolvimento das instruções de Regras de Engajamento, controle de distúrbios civis e a ênfase em armamento e munições não letais.

Portanto, as Técnicas, Táticas e Procedimentos utilizados receberam também a influência desse trabalho conjunto. Os Checkpoints, as Operações de Busca e Apreensão (OBA) e as Operações de Cerco e Vasculhamento passaram a ser realizadas com maio coordenação com o componente policial da MINUSTAH e a Polícia Nacional do Haiti, alinhando, mais uma vez, as matérias abordadas pelo Centro com a realidade vivenciada em Porto Príncipe.

Nessa fase, o CI Op Paz passou a realizar Estágios centralizados em sua sede, na vila Militar de Deodoro. Implantou-se o Estágio para Comandante de OM e Estado-Maior (EPCOEM), o Estágio para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL) e o Estágio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), fornecendo melhores condições de treinamento e consolidando o conceito de treinar os treinadores, isto é, os Comandantes nos mais diversos escalões.

A experiência angariada até então forneceu subsídios para a elaboração de Notas de Instrução

e do Programa-Padrão experimental de Força de Paz. Esses materiais passaram a auxiliar os contigentes no preparo de suas tropas, fornecendo subsídio de conhecimento sobre a missão e orientando o planejamento das sessões de instrução a serem ministradas para seus efetivos.

Fruto do trabalho realizado, em 2009, o DPKO reconhece a qualidade do preparo fornecido pelo CI Op Paz para o BRABATT e a BRAENGCOY. Esse reconhecimento foi decorrente de um processo iniciado pelo centro e gerenciado pela representação brasileira na ONU, materializando o alinhamento entre o preconizado pelo DPKO e o executado por nossas tropas na fase de treinamento para as missões de paz.

Dessa maneira, conclui-se que a 3ª fase da MINUSTAH evidenciou grande evolução do trabalho conjunto entre as componentes policial, civil e militar. O treinamento disponibilizado pelo CI Op Paz acompanhou esse desenvolvimento pelo menos de três maneiras distintas: centralizando a realização dos estágios em sua sede, fornecendo novos materiais didáticos e obtendo o reconhecimento do DPKO, referente ao preparo das tropas. Tudo isto explicitou a ligação entre o treinamento preconizado pelo Centro e a realidade dos fatos ocorridos naquela missão de paz.

4ª Fase

(de 12 de Janeiro de 2010 – até os dias atuais)

As atividades realizadas em resposta à ocorrência de um terremoto nas proximidades de Porto Príncipe, com 7,2 graus na escala Richter, no dia 12 de janeiro de 2010, inaugurou a 4ª Fase da atual missão da ONU naquele país.

O esforço de ajuda humanitária despendido em prol da população haitiana causou impacto direto sobre todos os componentes da MINUSTAH. Militares, policiais e civis, após se reorganizarem, trabalharam em conjunto para tentar amenizar os impactos imediatos daquela catástrofe natural, exemplificando a importância dos planos de contingenciamento de áreas propícias a ocorrências desses eventos.

O terremoto impactou diretamente o comando da MINUSTAH. O quartel general da Missão foi destruído. Vários integrantes do "staff" da missão e do contingente brasileiro foram mortos. Esse fato diminuiu a capacidade de comando e controle no nível estratégico da missão, evidenciando a necessidade de desdobramento de novos efetivos para a manutenção da operacionalidade da Missão de Paz e apoio ao governo haitiano.

O governo brasileiro enviou para aquele país: um Grupamento de bombeiros militares especializados em resgates, mais um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, além de reforços para a Cia Eng F Paz e Destacamento Operativo de Fuzileiros Navais. Naquela oportunidade, o CI Op Paz foi encarregado de fornecer um Estágio Emergencial para os oficiais integrantes do novo Batalhão e reforços da Engenharia, ambientando esses militares para as tarefas que desempenhariam no Haiti.

Nesse período, houve grande necessidade de trabalho interagências. A ONU teve de buscar soluções práticas para coordenar o trabalho de diversos atores que chegaram naquele país para prestar ajuda humanitária. Coerentemente com esses novos desafios, o CI Op Paz intensificou a busca de informações sobre as atividades executadas e realizou um Estágio CIMIC com os principais atores brasileiros envolvidos na resposta àquele desastre natural.

Ainda no ano de 2010, o CI Op Paz é transformado em CCOPAB. Essa mudança permitiu que militares da Marinha e da Aeronáutica integrassem a Unidade, propiciando ganho de conhecimento no trabalho conjunto do preparo de militares, policiais e civis a serem empregados nas operações de paz e de desminagem humanitária.

Dessa maneira, conclui-se que a 4ª fase da MINUSTAH mostrou a necessidade da cooperação civil militar para atenuar os efeitos de uma grande catástrofe natural. No caso específico do Brasil, serviu também para evidenciar aspectos logísticos necessários ao rápido desdobramento de tropas. Nesse contexto, o treinamento disponibilizado pelo CCOPAB ganhou novos contornos, abordando atividades que vão desde ações estritamente militares até tarefas de natureza conjunta de suporte à ajuda humanitária.

Para cumprir sua destinação institucional, o Centro planeja e conduz vários estágios ao longo do ano de instrução, quer seja para o contingente brasileiro no Haiti, quer seja para elementos destacados para as missões individuais.

Dentro desse contexto, a unidade busca sempre três principais aspectos na execução dos referidos estágios: realismo, gradação e segurança.

A transformação do CI Op Paz em CCOPAB também impactou a instrução, como veremos adiante.

Neste mesmo contexto, foi necessário criarem-se ferramentas para o acompanhamento da instrução no terreno e a maior interação com o Oficial Controlador e Avaliador (OCA).

A definição do dicionário nos diz que realismo é a doutrina ou sistema que preconiza o processo ou processos de, na literatura e na arte, copiar a natureza tal qual ela é, e apresentar os fatos reais ou fictícios exatamente como eles sucederam ou costumam suceder.

Via de regra, nós militares somos formados para a guerra. Todos passamos longos anos treinando e adestrando-nos para o maior dos desafios, no entanto, quando estamos frente a uma missão de paz, somos obrigados a ver os desafios por outro ângulo.

Para fazer face a essa nova realidade, o CCOPAB busca o realismo em todas as situações como forma de facilitar o processo de ensino/aprendizagem e para ambientar o militar instruendo na sua nova realidade.

Para atingir esse objetivo, muitas vezes o Centro emprega civis, normalmente estudantes universitários do curso de Relações Internacionais, para participarem como "role players" dos diversos estágios.

Tentamos recriar ambientes, costumes, culturas, tradições e situações semelhantes aos que o futuro peacekeeper encontrará na sua missão. Coloca-se, por exemplo, o militar frente a frente com a barreira do idioma e o incentiva no autoaperfeiçoamento.

Os trabalhos de Estado-Maior, observador militar, comandantes de OM, Cia e Pel são conduzidos em situações de estudo de caso para desenvolver procedimentos que conduzam a tomadas de decisão acertadas no mínimo de tempo disponível.

De forma a manter uma didática correta, e seguindo os preceitos do ensino militar, o CCOPAB adota como diretriz o aumento sucessivo e gradual da complexidade dos assuntos abordados nos estágios.

Após uma visão geral na abordagem dos diversos assuntos, o "zoom" é reduzido para uma visão mais específica e detalhada dos aspectos de uma maneira progressiva e coerente.

Dessa forma são criadas condições extremamente favoráveis e confortáveis de ambientação, dando ao instruendo os conhecimentos necessários e com o nível de detalhamento suficiente para que chegue no ambiente operacional sem surpresas e possa desenvolver seu trabalho em melhores condições.

O CCOPAB tem uma preocupação especial com a segurança e exige dos seus instrutores um planejamento detalhado com o levantamento de todas as hipóteses de risco com as possíveis soluções e medidas a serem adotadas em caso de sinistro.

A estatística mostra que esse processo tem dado resultado, principalmente no Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), onde mais de 1000 pessoas, entre civis e militares, durante uma semana são submetidos a uma rotina de trabalho intenso em um ambiente urbano.

No EAOP a rotina do batalhão brasileiro é recriada na cidade sede do preparo, e pouquíssimos casos são relatados, e quando acontece, existe uma equipe pronta para fazer face a essas situações de maneira rápida e eficaz.

A evolução do preparo dos contingentes brasileiros para a MINUSTAH mostrou a necessidade de se processar os resultados dos estágios no terreno de forma mais ágil e científica. Desta forma criou-se o SIGEPAZ, projeto para controle operacional de Operações de Paz, fornecendo informações gerenciais, com o objetivo de promover a melhoria contínua, otimização dos processos e retenção de conhecimento.

Este projeto visa elevar o nível de maturidade tanto de processos quanto da própria gestão das informações geradas em cada Preparo e Aplicação de Contingentes de Força de Paz. Por meio do mapeamento dos processos e da sistematização de programas, as informações estarão sendo registradas, organizadas, mensuradas, auditadas e divulgadas, promovendo a governança efetiva, necessária para a melhoria contínua que esta instituição necessita, visando sempre diminuir os riscos de vidas tanto de civis quanto de militares, buscando sempre manter a excelência da imagem e dos serviços do Exército Brasileiro.

Em um ambiente no qual a exigência de qualidade é imprescindível, encontramos a sobrecarga expressiva de trabalho aos profissionais militares envolvidos tanto nas atribuições administrativas, quanto nas que envolvem a Cadeia de Valor principal, que é no processo de preparo de Contingente.

Segundo GARTNER, o grande motivo da perda de conhecimento e da estagnação das instituições vem justamente como consequência da falta de tempo para promover a melhoria contínua (PDCA – Plan, Do, Check, Act), elevando o nível de maturidade da instituição na Gestão por Processos.

Com a falta de tempo para atividades de planejamento e gestão, agregando-se à rotatividade expressiva de militares, a principal consequência é o grande retrabalho, principalmente quanto à retenção e disseminação de conhecimento.

O grande objetivo do projeto é resolver os três grandes problemas identificados:

- Rotatividade de Militares, na qual a Retenção de Capital Humano será efetuada através da documentação e estruturação dos processos.

- Excesso de Atividades, que, especificamente para o Processo de Preparo de Contingente, será apoiado e agilizado através do sistema SIGEPAZ (Sistema Integrado para Gestão de Operações de Paz).

- Dificuldade no aproveitamento de informações geradas nos Exercícios (EAOP), por meio do sistema SIGEPAZ, esta informação estará cadastrada e estruturada, de forma a poder transformá-la em Lições Aprendidas e depois em Melhores Práticas.

Escopo e Premissas

1) Sistema na plataforma WEB, para facilitar a colaboração.

2) Alguns formulários em específico serem acessíveis via celular para agilizar a entrada de informações.

3) Cadastro de tabelas de apoio para categorização de informações nos relatórios e gráficos.

4) Cadastro dos Exercícios e todas as informações operacionais para agendamento das Missões e os Incidentes associados a estas.

5) Associação das perguntas a Incidentes e Missões.

6) Sistematização das Fichas de Avaliação para serem lançadas no terreno, em conjunto com a associação das imagens e as observações para base de conhecimento.

7) Categorização das perguntas (para as Fichas de Avaliação) quanto a Segurança, Regras de Engajamento, Planejamento e outros agrupadores específicos para cada tipo de Exercício diferente.

8) Emissão de relatórios operacionais que auxiliam no preparo dos Briefings, das APA parciais, das Reuniões de Pôr do Sol, da APA final.

9) Gráficos para gestão e acompanhamento das pontuações e do andamento de todo o Exercício, inclusive com comparativos entre o Exercício corrente e os passados.

A participação de tropas militares brasileiras na MINUSTAH gerou uma evolução no processo de treinamento das mesmas. Pode-se concluir que a criação do CCOPAB foi uma conseqüência desta evolução. A própria transformação de um Centro, que originalmente pertencia a uma força singular, no Centro Conjunto de hoje, é prova desta afirmação. É possível deduzir, desta forma, que as lições aprendidas no Haiti não serão esquecidas como as de outras operações de paz no passado.

O COMPONENTE POLICIAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ THE UNITED NATIONS POLICE

Major PM Helio Tenório dos Santos

(O autor foi observador policial no Timor Leste no período 2007-08)

As operações de paz da ONU no século XXI têm-se caracterizado pela multidimensionalidade. Desenvolvidas sob mandatos ambiciosos, para conseguirem responder à amplitude de tarefas propostas, têm-se estruturado sobre três pilares, as suas componentes militar, policial e civil.

O componente policial das operações de paz começou a ser desdobrada, ainda de maneira reduzida, nas missões da década de 1960. Com o passar dos anos e a mudança da natureza dos conflitos, a participação policial passou a ser cada vez mais necessária nos ambientes de operações de paz.

Esta mudança de que falamos foi reflexo da redução dos conflitos entre estados, nos quais predominavam forças regulares em combate, que evoluíram para conflitos intra-estados, com características de guerra civil, nas quais predominam forças irregulares, muitas vezes operando em ambientes urbanos.

Esta característica, mais as consequências de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de grupos combatentes, trouxe, naturalmente, reflexos para a preservação da ordem pública em ambientes pós-conflito, nos quais a ONU desenvolve suas operações.

Outrora denominada Civilian Police, nos anos 2000 a ONU alterou a denominação da componente policial, passando a identificá-la como UN Police ou, simplesmente, pela sua sigla - UNPOL.

A UNPOL normalmente desenvolve suas missões no ramo do Estado de Direito e Segurança (Rule of Law and Security). Os mandatos mais comuns à UNPOL são apoiar a reforma e reestruturação de agências de polícia locais, e apoiar o restabelecimento e manutenção da confiança comunitária na polícia local e a reconciliação.

A UNPOL está também envolvida no apoio a processos eleitorais, em campanhas de educação pública e informação, nos processos de DDR, e em todo tipo de cooperação civil-policial e militar-policial. Se necessário a UNPOL pode inclusive atuar como força policial plena, com poderes executivos de polícia, quando o país onde se desenvolve a operação de paz, não possui este serviço disponível. Mandato mais raro, mas que já conta dois precedentes bem sucedidos recentes, nas missões de Timor Leste e Kosovo.

No entanto, a essência das ações da UNPOL hoje em dia está ligada às atividades de reforma, re-

estruturação, reconstrução e fortalecimento das instituições ligadas à segurança pública (RRR).

Os meios para condução da RRR são variados, predominando o monitoramento e aconselhamento da polícia local. Esta característica exige do policial selecionado para a UNPOL um perfil específico, que privilegia as suas capacidades de atuar como instrutor e ser capaz de desenvolver boa interação pessoal, além dos esperados requisitos de elevada capacidade profissional. Isto porque a UNPOL serve como exemplo para a reorientação das polícias locais. Estas polícias, muitas vezes, enfrentam obstáculos culturais, por terem sido empregadas em ambiente de guerra, devendo agora realizar a transição para forças policiais de emprego civil, em tempo de paz. A conjuntura para a ação de RRR normalmente não é favorável, pois os governos locais enfrentam inúmeras dificuldades estruturais para superarem a situação pós-conflito, o que reflete na sua capacidade de provisão de suporte aos serviços policiais locais.

Reunindo policiais de diversos países contribuintes na composição da UNPOL, a ONU estabelece como guia do serviço policial a adesão aos princípios de polícia democrática, que são três: representatividade, responsividade e transparência.

A representatividade é essencial, e encontra-se ligada aos objetivos do milênio da ONU, pois garante que as forças policiais locais, ao passarem pelo processo de RRR, reflitam com precisão a composição das comunidades que servem, pela inclusão de grupos minoritários e, principalmente, pela não-discriminação de gênero, com a inclusão plena de mulheres. O respeito aos direitos humanos é um princípio transversal que está presente em todas as ações da UNPOL.

A responsividade visa dar meios a que a polícia local atenda às necessidades e expectativas da comunidade na preservação da ordem pública. A filosofia de polícia comunitária impera, de maneira a garantir que os objetivos policiais sejam alcançados com o envolvimento de toda a comunidade, de maneira humana e legítima.

A transparência é alcançada quando as polícias locais são responsáveis perante a lei, tanto individual como institucionalmente; quando são responsáveis politicamente através das instituições políticas democráticas; e quando são responsáveis economicamente pelos recursos que lhe são destinados.

A ação de RRR, conduzida sob os princípios de

polícia democrática, visa dar condições a que a polícia local atinja níveis de eficiência satisfatórios aos padrões internacionais preconizados pela ONU, mas que, principalmente, estes sejam alcançados por meio da participação nacional e tenham condições de auto-sustentabilidade.

A auto-sustentabilidade apresenta-se como o grande desafio e meta final, pois uma vez alcançada, permite o desengajamento da UNPOL da operação de paz, condição última de sucesso na avaliação de uma operação de paz.

Os policiais da UNPOL envolvidos nas atividades de RRR, normalmente são desdobrados em missões individuais, atuando sob condições similares às dos observadores militares. Isto significa que integram equipes multinacionais, convivendo diretamente com a comunidade local, sem a estrutura pesada de apoio normalmente estabelecida para contingentes de tropa militar.

Os últimos anos marcaram, por outro lado, o crescimento de uma segunda forma de emprego da UNPOL, que são as Unidades de Polícia Formada (FPU).

Estas FPU são contingentes policiais de uma única nacionalidade, com as características e equipamento de uma companhia de polícia apta ao controle de distúrbios civis. Isto inclui o uso de veículos blindados de transporte de pessoal, armamento coletivo, armamento não-letal e o alojamento em campos nacionais, com a respectiva infra-estrutura completa. Por esta razão, as FPU são tropas de desdobramento mais complexo que os policiais em missões individuais.

As FPU são destinadas basicamente para prover segurança para o pessoal e instalações da ONU, manutenção da ordem pública e proteção de civis.

Pelas suas características reforçadas, as FPU têm sido cada vez mais requisitadas pelo DPKO na definição da composição das forças de paz. Mesmo naquelas operações em que a UNPOL não desenvolve ações de polícia com poder executivo pleno, as FPU têm demonstrado sua utilidade em suprir deficiências das polícias locais apoiando o seu em-

prego, o que é essencial para a manutenção de um ambiente seguro e estável, como é o exemplo clássico da atual missão no Haiti.

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil tem mantido participação constante de policiais militares integrados à UNPOL, desde o início dos anos 1990, ainda na missão em Angola. Dezenas de policiais militares estiveram presentes em El Salvador, Haiti, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Sudão, Kosovo e Timor Leste. Nestas duas décadas de serviço à causa da paz, a polícia militar brasileira sofreu a perda de dois policiais militares em ação, o Sgt PM Adilson Barbosa da Costa, da PMMG em Angola, 1992, e o Cap PM Cleiton Batista Neiva, da PMDF no Haiti, 2010.

Todo o processo de seleção e emprego dos policiais militares é coordenado pelo Comando de Operações Terrestres do Exército, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares. O preparo é realizado no CCOPAB, que o faz por meio de ensino à distância, inicialmente, e, depois, pelo Estágio de Preparação para Missão de Paz (EPMP).

O EPMP do CCOPAB é todo realizado de maneira integrada, com corpo discente composto não só pelos policiais militares, destinados à UNPOL, mas também por oficiais militares das três forças, destinados à composição do Estado-Maior de contingentes de força de paz e de observadores militares. Esta integração reflete tendência continental, manifestada como situação ideal pelos demais centros de operações de paz das Américas.

A integração no preparo reflete o caráter multidimensional que os policiais e militares encontrarão nas operações de paz. Além disto, enriquece a experiência de todos os alunos, dotando-os de melhores habilidades e conhecimentos para uso nas missões.

O CCOPAB possui na sua estrutura uma Seção de Assuntos Policiais (SAP), integrando a Divisão de Ensino Integrado. Atualmente composta por militares da polícia militar, exército e bombeiro militar, a SAP coordena o preparo dos policiais militares e auxilia todas as demais atividades de ensino realizadas no CCOPAB.

Assim, temos a integração militar-policial-civil em todas as atividades do Centro, quer sejam destinadas a contingentes militares, policiais para UNPOL ou civis.

PERSPECTIVA PARA O FUTURO

O quadro atual das operações de paz consagrou a necessidade do emprego da UNPOL no terreno. Os mandatos complexos o exigem, assim como o solicitam encarecidamente os países que recebem as forças de paz. O crescimento exponencial do número de efetivos da UNPOL confirma estas afirmações.

O Brasil segue esta tendência de manter participação policial nas forças de paz. Neste contexto, o CCOPAB é hoje considerado referência nas Américas, pela estrutura de treinamento integrada que consolidou, o que permite ao país oferecer efetivo policial melhor preparado, em condições de vencer os desafios impostos à UNPOL.

UMA BREVE RETROSPECTIVA DA ANTIGA *UNITED MISSION IN SUDAN* E O PROCESSO DO *REFERENDUM* 2011

Capitão-de-Corveta Maurilo de Souza Vilas Boas

(O autor foi observador militar no Sudão no período 2010-2011)

1 – Introdução:

A Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) foi autorizada pelo Conselho de Segurança (CS), por meio da Resolução 1590 de 24 de Março de 2005, em resposta a situação no país que constituía uma ameaça para a paz e a segurança internacional.

O conflito entre o Norte e o Sul do país, caracterizado pelo enfrentamento das Forças do Governo do Sudão (GoS), ao Norte, e pelo Movimento de Libertação do Povo do Sudão/ Exército (SPLM/A), ao Sul, teve início em 1955, praticamente no mesmo período em que o país se tornara independente do domínio Anglo-Egípcio em 01 de janeiro de 1956. De acordo com as estimativas da ONU, mais de 2 milhões de pessoas perderam suas vidas nestes anos de conflito e mais de 600 mil fugiram do país como refugiados.

O Protocolo de Machakos assinado em 2002 norteou a confecção de uma série de protocolos adicionais que fizeram parte da versão final do Amplo Acordo de Paz (CPA) estabelecido entre as partes. Este Acordo foi assinado em 09 de janeiro de 2005 na cidade de Nairobi – Kênia, finalizando, formalmente, o mais longo período de guerra civil no continente africano.

O Protocolo ditou ainda os princípios e procedimentos que guiaram o desenvolvimento político do país até o *Referendum* popular para a população do Sul do Sudão, realizado em 2011, o qual determinou a secessão do país no Sudão e no Sudão do Sul.

2 – O *Referendum* popular para os cidadãos do Sul:

O *Referendum* foi conduzido no Sul do Sudão e em outras localidades no dia 09 de janeiro de 2011, sendo organizado pelo Comitê de *Referendum* do Sul do Sudão (SSRC), em cooperação com o GoS e o GoSS e sob observação internacional.

Neste *Referendum* as duas opções para o povo do sul eram bem simples. Ou optavam pela secessão com a consequente criação de um novo país independente ou a permanência da situação vigente do sul unido ao norte.

Um segundo *Referendum*, acordado entre as partes, para decidir o futuro da rica região petrolífera de Abyei não aconteceu na mesma data, conforme inicialmente planejado, pela falta de condições políticas e, principalmente, de segurança.

As autoridades sudanesas foram inteiramente responsáveis pela condução de todo o processo. A ONU participou do processo provendo assistência técnica e logística à preparação do processo por meio das suas agências, bem como a supervisão do Secretário Geral a fim de garantir a imparcialidade, independência e eficácia do processo com o apoio direto da Divisão Eleitoral Integrada do *Referendum* das Nações Unidas (UNIRED).

O período de seis anos entre a assinatura do CPA e a realização do Referendum não foi suficiente para materializar as promessas feitas a fim de tornar a opção da união atraente para o povo do sul. Desta forma, tornou-se óbvio que o tempo de preparação não seria suficiente para resolver questões focais como a definição da real fronteira física entre norte e sul e a indisponibilidade de fundos para a realização do *Referendum*.

3 – O processo de registro:

O período do registro dos eleitores foi postergado diversas vezes devido a problemas com

População local portando a cédula de registro

a chegada do material importado para o registro. A data inicial prevista para o final de outubro passou então para 8 de dezembro de 2010. Por outro lado, o fato positivo deste atraso foi a possibilidade extra para que vários eleitores dispusessem de mais tempo para registrarem-se.

Para o registro dos eleitores e condução do *Referendum* em si foi planejada a constituição dos Centros de *Referendum* (CR) que, de acordo com o critério estabelecido, deveria ser montado para cada 2000 eleitores a serem registrados. Como a densidade demográfica de algumas regiões do sul do Sudão é extremamente baixa, com vilas bastante afastadas uma das outras, isto fez com que, em algumas regiões, os eleitores tivessem que se deslocar a pé cerca de 50 quilômetros para registrarem-se e depois a mesma distância para a votação.

Centro de Referendum de Gok Marchar

Vale ressaltar a enorme dificuldade enfrentada na realização deste registro onde diversos meios de transportes como carros, motocicletas, aviões, helicópteros, barcos e bicicletas foram utilizados. Mesmo assim foi fundamental o esforço de voluntários abnegados que transportam todo o tipo de material, por certas vezes em suas próprias cabeças, atravessando atoleiros e rios a fim de que o sucesso do processo fosse alcançado. Além disso, o período da votação encontrou o Sul do Sudão no final da estação das chuvas, fato que castiga sobremaneira a população já sofrida bem como as poucas estradas transitáveis da região.

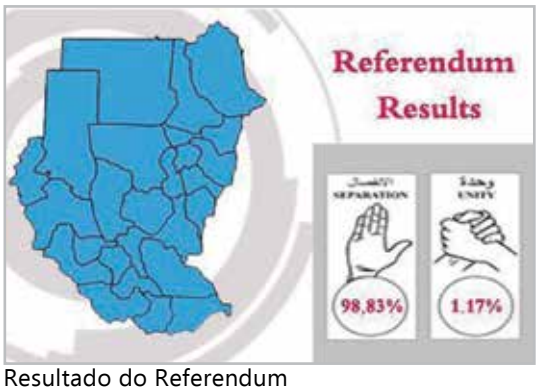
O registro final apontou que cerca de 3.753.815 eleitores (39% mulheres e 61% homens) foram registrados no Sul do Sudão enquanto 116.860 (52% mulheres e 48% homens) foram registrados no Norte do Sudão em 2638 CR no sul, 174 no norte além de outros 80 no exterior.

De acordo com a legislação nacional o *Referendum* para ser válido deveria contar com, pelo menos, 60% dos eleitores registrados. Caso esta marca não fosse alcançada o processo seria repetido sessenta dias depois. O resultado final foi decidido por maioria simples, ou seja, 50% mais um.

4 – Votação e contagem:

De 9 a 15 de janeiro de 2011 os eleitores registrados no Sudão e em oito nações estrangeiras (Austrália, Canadá, Egito, Etiópia, Quênia, Uganda, Estados Unidos e Reino Unido) tiveram a oportunidade de depositar seus votos nas urnas optando pela união ou secessão do Sudão.

O resultado final foi declarado após o SSRC ter verificado e aprovado os resultados de cada uma dos CR. Este apontou que a esmagadora maioria dos eleitores optou pela secessão atingindo um índice acima de 98%.



Resultado do Referendum

5 – Suporte das Nações Unidas ao processo de *Referendum* e ao SSRC:

A UNMIS e a UNIRED prestaram assistência técnica e logística ao processo de *Referendum*. Cerca 340 funcionários da UNIRED (sendo destes dois terços de voluntários) trabalharam para apoiar o SSRC em todos os níveis no Sul do Sudão e em cinco regiões do norte do Sudão com maior concentração de eleitores: Khartoum, Kassala, El Fasher, Kadugli e Ed Damazin.

A ONU, em cooperação com parceiros internacionais, também proveu apoio logístico e financeiro ao processo. Este apoio incluiu a aquisição e transporte dos kits de votação, cartões e livros de registro, material de treinamento, material educativo, mobília, equipamentos e veículos para todo o Sudão.

A distribuição deste material foi um imenso desafio enfrentado pelo SSRC devido às grandes dimensões do país e à enorme carência de infra-estrutura apropriada. A UNIRED apoiou o transporte do material de Khartoum e Juba para as capitais dos estados e em direção às capitais dos condados. Dos condados, o SSRC transportou o material para os CR utilizando veículos 4x4, motocicletas, embarcações, canoas e mulas.

Somente no sul do Sudão 1,2 milhões de toneladas de material foram transportados nos vôos da ONU.

A UNPOL treinou milhares de policiais sudaneses por todo Sudão a fim de proveram as condições mínimas de segurança ao processo. Mais de 17.600 policiais no sul e 4.500 no norte receberam treinamento. Além disto, a UNPOL também passou a prestar suporte de segurança nas bases de *Referendum*.

Apoio logístico da ONU ao *Referendum*

Sudão e Sudão do Sul

6 – Prioridades na reconstrução da paz:

Baseados em avaliação algumas prioridades no processo de reconstrução da paz foram identificadas. Neste processo as diversas organizações da ONU têm reservado um papel estratégico levando em consideração a extensa experiência adquirida durante todo o período do CPA.

1) Consolidação da política de estabilidade: através da continuação do governo democrático de reformas, reforço no equilíbrio institucional e a promoção da acomodação política, principalmente com a representação de comunidades locais, regionais e tribais em diferentes níveis do governo.

2) Incremento da segurança para o povo do sul do Sudão através da profissionalização da segurança e das instituições judiciárias, aumentando assim a capacidade do gerenciamento de conflitos em todos os níveis do governo e aumentando a proteção aos civis.

3) Incremento na capacidade do Estado em prover serviços de administração básicos ao povo do sul, desenvolvimento sócio-econômico, inclusive com apoio internacional.

4) Desenvolvimento econômico baseado especialmente no setor agrícola permitindo assim a capacidade de incrementar a sua infra-estrutura.

MISSÕES DA ONU

(Terminadas e em andamento)

Dra. Rebecca Tavares

Representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul

"Nosso objetivo é aumentar o número de mulheres nos efetivos das tropas de paz."

SOBRE A ONU MULHERES

Qual é o balanço que a ONU Mulheres faz deste que é seu ano de criação? O que mudou?

Neste primeiro ano, a diretora-executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, está se dedicando à construção da entidade com base em cinco prioridades: participação política, eliminação da violência contra as mulheres, paz e segurança, empoderamento econômico e planejamento e monitoramento de orçamentos públicos para as políticas de gênero e para as mulheres. A criação da ONU Mulheres faz parte da agenda de reforma das Nações Unidas, reunindo recursos e de mandatos de maior impacto.

Como tem sido o trabalho da ONU Mulheres no Brasil e Cone Sul?

A prioridade é acionar uma rede de parceiros para incentivar o potencial produtivo e empreendedor das mulheres no acesso às oportunidades econômicas que estão surgindo no contexto da Copa de 2014 e das Olimpíadas. Dedicamos grande parte do nosso trabalho para a eliminação da violência contra as mulheres, o aumento da participação política e o empoderamento econômico das mulheres. Neste ano, abrimos uma agenda nova de trabalho: a relação com as missões encarregadas pelas operações de paz na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Nosso objetivo é incluir a perspectiva de gênero nos treinamentos das tropas de paz e aumentar a quantidade de mulheres envolvidas nos processos de paz.

O Escritório da ONU Mulheres para o Brasil e Cone Sul iniciou este ano de 2011 uma parceria com o CCOPAB. Como a Senhora vê esta parceria e o que esperar para o futuro?

Essa é uma parceria que começou muito bem e vem gerando bons frutos para o Governo Brasileiro e a ONU Mulheres. Desde o princípio, o CCOPAB mostrou-se muito comprome-

tido, sob a figura do seu Coronel Pessôa e equipe, e disposto a incorporar de fato a perspectiva de gênero. Nos 5º Jogos Mundiais Militares, o CCOPAB desempenhou um papel estratégico de articulação para a divulgação da Campanha do Secretário-Geral da ONU "UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres". A mensagem foi levada para as principais arenas, estádios e espaços da competição, além de envolver atletas como porta-vozes da campanha – todos mobilizados pela Aeronáutica, Exército e Marinha. Tivemos ainda um momento muito importante de formação com o curso de gênero, ministrado pelo General Patrick Cammaert, consultor sênior da ONU Mulheres para processos de paz. Neste momento, estamos trabalhando na tradução de publicações sobre proteção de civis e mulheres para o português, o que vai facilitar a disseminação dos conteúdos.

SOBRE AS MISSÕES DE PAZ

Como a ONU tem implementado a política de gênero em suas Missões de Paz?

A Resolução nº 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 2000, é a referência primária para as missões de paz porque colocou as mulheres entre os agentes centrais de todos os esforços para promover a paz. As Nações Unidas possuem um trabalho de extrema importância em operações de paz com recorte de gênero no Afeganistão, na República do Congo, no Timor Leste, na Libéria, em Darfur, na Costa do Marfim, no Haiti e no Sudão. O exemplo que mais nos inspira é o protagonismo feminino na Libéria, país em que as mulheres foram determinantes para o término da guerra e a reconstrução da paz inclusive entrando em maior número nas forças armadas. Segundo o Relatório sobre a Presença de Mulheres nas Forças de Paz e de Polícia nas Operações de Paz, elaborado em 2010 por ocasião do 10º aniversário da Resolução nº 1325, a participação feminina é registrada no ano de 2005 e não atingiu os 5% nas equipes de especialistas militares nas missões das Nações Unidas e tropaz de paz. Os resultados mais expressivos são da força policial com 7% e 8% do contingente composto por mulheres nos anos de 2009 e 2010, respectivamente. Temos bastante trabalho pela frente.

> "Cada missão tem experiências diferentes e positivas que nos servem de base e de inspiração para garantir os direitos das mulheres."

Como está a demanda para profissionais militares, policiais, civis, e etc. para que trabalhem com a questão de gênero nas missões de paz? Qual o perfil desejado para estas pessoas?

A demanda por profissionais é cada vez maior devido ao caráter estratégico que a perspectiva de gênero vem ganhando nas operações de paz. Nosso objetivo é aumentar o número de mulheres nos efetivos das tropas de paz e também nas polícias civis e militares dos países em situação de conflito ou pós-conflito. E, claro, queremos aumentar o número de homens sensibilizados com a questão de gênero. O perfil mais adequado é de profissionais que tenham sensibilidade com a questão de gênero e compromisso com o empoderamento das mulheres.

Em sua opinião, qual o maior problema enfrentado na implantação da questão de gênero nas missões de paz?

A perspectiva de gênero coloca as mulheres como sujeitos de direitos e traz a noção de autonomia e respeito às especificidades. A formação de pessoas é nosso maior desafio, pois precisamos preparar os grupos que vão trabalhar em áreas de conflito ou pós-conflito para atender mulheres e homens numa perspectiva de gênero. Em geral, o trabalho está focado em necessidades básicas, tais como alimentação, assistência à saúde, organização espacial e moradia. Ao inserir o gênero nas missões de paz, temos a possibilidade de valorizar o potencial das mulheres na reconstrução de seus territórios, contar com a liderança delas na retomada da vida comunitária e, especialmente, enfrentar as desigualdades que costumam se acirrar em catástrofes ou conflitos bélicos. A política de gênero retira

as mulheres do papel de vítimas, personagens periféricos e alvos potenciais de todas as formas de violência e as coloca numa posição de protagonismo e as transforma em pessoas a serem consultadas e com capacidade de decisão.

Qual(is) missão(ões) de paz tem(êm) obtido mais sucesso na questão de gênero? Por quê?

Acredito que o aperfeiçoamento dos instrumentos internacionais tem sido o maior sucesso, porque trazem novos referenciais e práticas a serem adotadas pelos Estados-Membros das Nações Unidas, a exemplo da Resolução nº 1889 que fortalece a participação das mulheres nos processos de paz e exige indicadores para medir o progresso da aplicação da Resolução 1325. Nesse período, foram designados nove assessores de gênero para missões de paz no Congo, Timor Leste, Libéria, Haiti, Costa do Marfim, Sudão, Darfur, Afeganistão e Líbano. Além disso, cada missão tem experiências diferentes e positivas que nos servem de base e de inspiração para garantir os direitos das mulheres. Por exemplo, no Timor Leste a equipe de gênero da missão ajudou a polícia a aumentar em 20% o número de mulheres na força policial. Na Costa do Marfim, a Operação de Paz em conjunto com a ONU atuou na capacitação de mulheres candidatas para disputar as eleições no país.

> *"Nosso objetivo é aumentar o número de mulheres nos efetivos das tropas de paz e também nas polícias civis e militares dos países em situação de conflito ou pós-conflito."*

Qual a política de gênero que a ONU aplica na MINUSTAH? Como o treinamento de gênero ministrado pelo CCOPAB em apoio às tropas brasileiras e estrangeiras pode melhor influenciar no desempenho dos militares no terreno?

Na MINUSTAH, um resultado positivo foi a mediação entre o Chefe da Missão e mulheres líderes para discussão da necessidade de ampliação do alcance da Resolução nº 1325 em situações de desastres naturais, facilitação do acesso das mulheres à informação sobre a reconstrução e assistência humanitária e atenção adequada às preocupações das mulheres em relação à segurança. Entendo que o treinamento de gênero ministrado pelo CCOPAB tem a possibilidade de trazer situações práticas que acontecem no dia a dia de um país em conflito ou pós-conflito e pensá-las sob os direitos das mulheres. Por exemplo, reconhecer o saber das mulheres, contar com elas na recomposição da vida social, perceber as ameaças existentes contra as mulheres e meninas. As tropas de paz têm a grande possibilidade de zelar pelos direitos das mulheres no sentido da sua autonomia, participação na tomada de decisões, incentivo à produção econômica e, o principal de todos, a ter uma vida sem violência e discriminações. Quando estão no terreno, homens e mulheres militares têm a possibilidade de fazer um trabalho básico e estruturante para a retomada da vida social de um território ou país devastado. Fazer este trabalho com a perspectiva de gênero é reconstruir de fato as relações sociais e a organização de determinada comunidade ou país de maneira inclusiva e de garantia de direitos, que beneficiarão todas as pessoas.

Em qual das missões de paz das Nações Unidas a questão de gênero encontra mais desafios e/ou resistência?

Este é um trabalho a ser feito e compartilhado por todas as organizações internacionais e militares envolvidas na superação de conflitos. A desigualdade de gênero é bastante complexa e enfrenta resistências de diversas ordens, porque a sua superação significa romper com um padrão estabelecido de subordinação das mulheres. Nas missões de paz essa realidade é mais desafiadora porque, em geral, há diferentes referências culturais das pessoas do país a ser atendido e das distintas tropas de paz. No caso da MINUSTAH, quase 20 países mantêm tropas de

paz no Haiti. Além disso, é importante pensar nos constantes revezamentos dos efetivos, o que traz outro desafio que é o investimento contínuo na formação de pessoas.

A Resolução do Conselho de Segurança nº 1325 (2000) – Mulheres, Paz e Segurança – é considerada um marco nas Nações Unidas. Por que sua implementação ainda encontra tantas resistências, principalmente na América Latina?

A principal resistência que os instrumentos internacionais enfrentam é a sua implementação pelos governos e a sociedade. Em geral, isso requer ações práticas por meio de políticas públicas, destinação de recursos orçamentários, reformulação de práticas institucionais, formação de pessoas (gestores) e controle social. Talvez isso explique um pouco a lentidão que vemos entre um acordo internacional e a sua aplicação efetiva, de modo que transforme positivamente a vida das pessoas. Quando esses instrumentos estão relacionados à temática de gênero, a implementação implica enfrentar as desigualdades e prever ações que promovam a equidade. Ou seja, enfrentar um padrão discriminatório enraizado e lançar mão de novas práticas. Esse processo não é tão rápido quanto foi a acomodação de um sistema excludente e violador de direitos. Passados 11 anos da criação da Resolução nº 1325, foram dados passos importantes inclusive na América Latina. A Argentina já tem um plano que está sendo implementado pelo Ministério da Defesa e, agora, o foco é fazer um plano interministerial. O Chile tem um plano mais desenvolvido, o qual está sendo implementado. A ONU Mulheres está disponível para ajudar os países e as forças de paz e se coloca como catalisador para o respeito dos direitos das mulheres nos países em situação de conflito e pós-conflito, assim como o aumento de mulheres nas forças de paz. Acredito que estamos no caminho e pelo que vi, nesses poucos meses, temos um bom e desafiador trabalho pela frente. Penso que Argentina, Brasil, Chile e Paraguai têm condições de renovar o quadro atual e vencer parte das resistências na região.

ESTRATÉGIA E PERSPECTIVAS FUTURAS

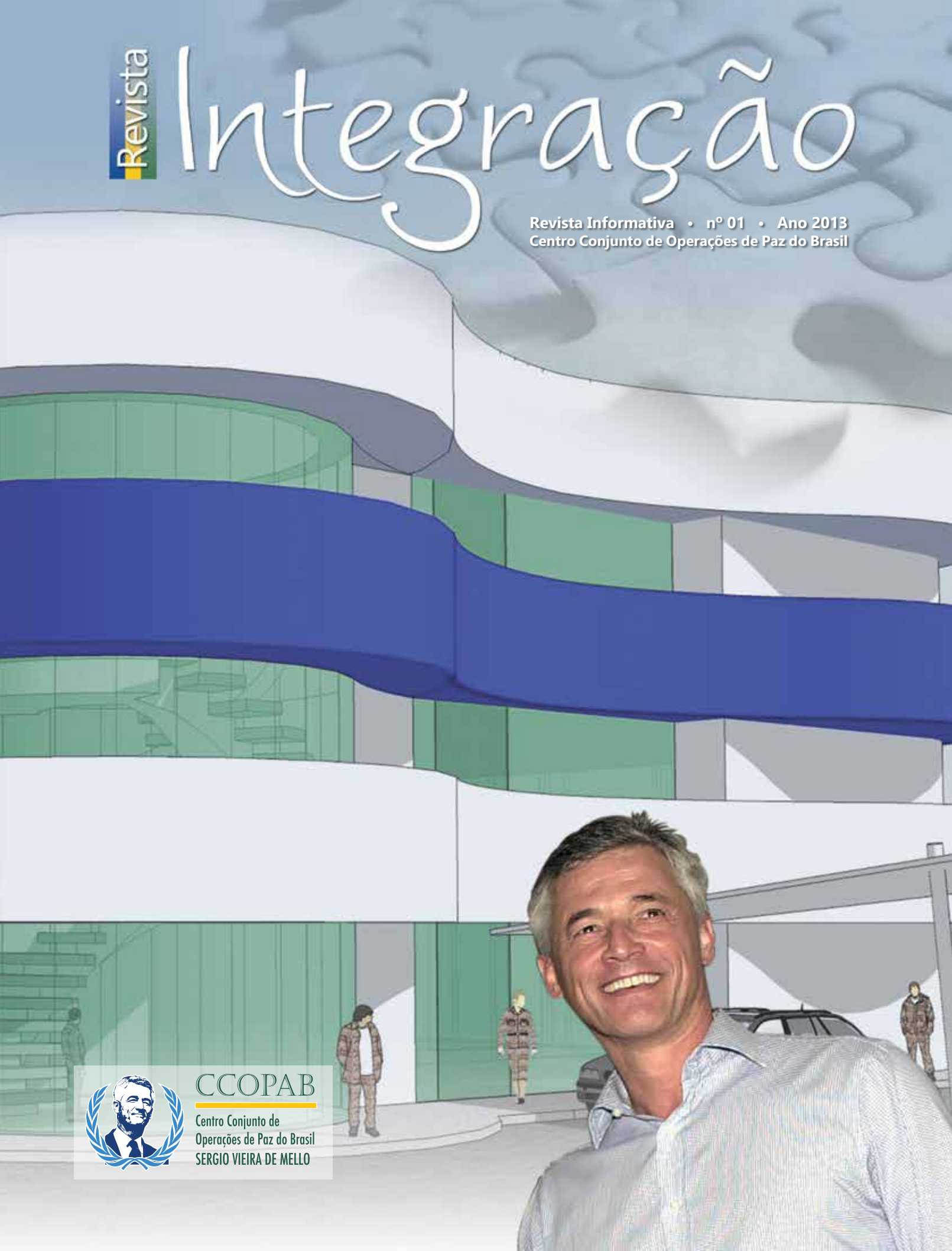
Finalizando, Dra. Rebecca, em sua opinião, como mulher e chefe da agência ONU Mulheres, qual é o principal desafio da agência em termos internacionais e regionais, no caso Brasil e Cone Sul, para os próximos anos?

Na América Latina, existe a expectativa de que muitos países alcancem as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Alguns deles antes mesmo de 2015, mas a distribuição das riquezas para os grupos sociais ainda continua um grande desafio da região. A América Latina registra um crescimento econômico positivo e acima da média mundial. O Brasil, em especial, é o grande impulsor da economia da região e tem as condições de crescer e reduzir as desigualdades sociais. O Brasil tem a oportunidade de utilizar esta riqueza com mais eficácia do que antes, visando a transformar a economia e trazer mais igualdade para a sua população. Enquanto o potencial das mulheres estiver limitado, não teremos uma democracia plena. A equidade de gênero exige a transformação das estruturas de oportunidades e poder, de maneira que todas as pessoas possam desenvolver plenamente o seu potencial.

MD

Revista Integração

Revista Informativa • nº 01 • Ano 2013
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil



CCOPAB
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
SERGIO VIEIRA DE MELLO